

Judiciário em Revista

PUBLICAÇÃO OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ / 3ª EDIÇÃO / JUNHO DE 2016

JUSTIÇA ALÉM DO FÓRUM

Os tempos modernos exigem magistrados humanizados. Juízes e desembargadores que sabem: julgar é apenas uma de suas funções. Porque o Judiciário de hoje tem que estar perto de quem precisa dele. Deve se mobilizar como pode para influenciar a vida das pessoas. E influenciar para melhor. Por isso, você precisa conhecer bem o magistrado da sua cidade. Você o conhece? Acompanha a produtividade? Se não, está na hora de fazer isso. A gente te diz como.

Páginas 14 a 29



QUANDO SE ESCOLHE **AMAR**

As histórias de três famílias que se completaram através de adoções tardias. Crianças fadadas ao abandono em abrigos públicos encontraram conforto num novo jeito de amor.

Páginas 30 a 35

MULHERES

CADA VEZ MAIS ENCORAJADAS

A Lei Maria da Penha completa dez anos de proteção à integridade física da mulher. Muitas ainda têm medo de denunciar, mas a rede de apoio às vítimas de violência só cresce. Assim como a consciência de direitos que devem ser respeitados.

Páginas 42, 43 e 44

Adoção é um gesto de amor

Adoções internacionais:

- Comissão Estadual
Judiciária de Adoção
Internacional (Cejai)

(85) 3207.7084

Adoções nacionais:

- 3ª Vara da Infância e
da Juventude
(Fortaleza)

(85) 3278.3339



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EDITORIAL

FALE COM O JUDICIÁRIO!

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ
ENDEREÇO: AVENIDA GENERAL AFONSO
ALBUQUERQUE LIMA, S/N, CAMBEBA,
FORTALEZA/CEARÁ
TELEFONE: (85) 3207.7000

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
ENDEREÇO: AVENIDA GENERAL AFONSO
ALBUQUERQUE LIMA, S/N, CAMBEBA,
FORTALEZA/CEARÁ
TELEFONE: (85) 3207.7156

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO
DO CEARÁ (ESMEC)
ENDEREÇO: RUA RAMIRES MARANHÃO DO VALE,
Nº 70, ÁGUA FRIA, FORTALEZA/CEARÁ
TELEFONE: (85) 3492.9100 OU 3492.9134
E-MAIL: ESMEC@TJCE.JUS.BR

OUIDORIA GERAL DO JUDICIÁRIO
ENDEREÇO: AVENIDA GENERAL AFONSO
ALBUQUERQUE LIMA, S/N, CAMBEBA,
FORTALEZA/CEARÁ
TELEFONE: (85) 3207.7428

FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA
ENDEREÇO: RUA DESEMBARGADOR FLORIANO
BENEVIDES, Nº 220, EDSON QUEIROZ,
FORTALEZA/CEARÁ
TELEFONE: (85) 3216.6000

TELEJUSTIÇA*
TELEFONE: (85) 3216.6000

* PARA LOCALIZAÇÃO DE MAGISTRADOS E
PROMOTORES, E INFORMAÇÕES SOBRE DOCUMENTOS
NECESSÁRIOS PARA ENTRAR COM AÇÃO, ANDAMENTO
DE PROCESSOS, CÁLCULO DE CUSTAS, ENDEREÇOS
E HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO, PLANTÕES
FORENSES, MATÉRIAS ADMINISTRATIVAS DE INTERESSE
DOS SERVIDORES, RECLAMAÇÕES, SUGESTÕES OU
DENÚNCIAS.

É impositivo ao Judiciário contemporâneo ter magistrados com perfil humanista. A população precisa – e deve – enxergar o juiz e o desembargador como figuras que fazem parte da comunidade onde vivem, e não como autoridades inalcançáveis. Porque eles podem atuar além dos gabinetes e fóruns. Muitos já encabeçam projetos de alcances inestimáveis. Eles promovem a reinserção social de presos, levantam a bandeira do enfrentamento à violência doméstica, participam de ações em escolas para aproximar a Justiça de crianças e adolescentes... Entendem a realidade na qual estão inseridos e tentam modificá-la. Para melhor. É a função social dos tribunais. Algo que discutiremos nas próximas páginas, apresentando o perfil dos 76 novos juízes do TJCE, os passos que eles precisam caso desejem ocupar o cargo máximo do Judiciário, as três características primordiais para uma boa carreira e o esforço feito pelo Tribunal para influenciar a formulação de políticas públicas. Além disso, nós vamos apresentar um novo jeito que os fortalezenses descobriram de enxergar o Cambéba, lugar onde fica a sede do TJCE. Quanto mais gente souber disso, melhor. Assim como melhor seria o mundo se temas como a adoção tardia e a acessibilidade fossem desmistificados. Três famílias e o William vão ensinar como. A importância das mediações, o aniversário de dez anos da Lei Maria da Penha, o direito a ter um pai e a variedade do Centro de Turismo do Ceará são outros focos desta edição da “Judiciário em Revista”. A arte de lidar com pessoas também. E a gente espera que você faça uma excelente leitura.

SILVIA GOES
ASSESSORA DE
COMUNICAÇÃO DO TJCE

Telejustiça

3216 6000



De segunda a sexta: 9h às 16h

Informações sobre o Judiciário cearense de forma prática e eficiente.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EXPEDIENTE

GESTÃO DO JUDICIÁRIO

PRESIDENTE: Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale

VICE-PRESIDENTE: Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes

CORREGEDOR: Desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva

DIRETOR DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA: Juiz José Maria Sales

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DA

MAGISTRATURA: Desembargador Heráclito Vieira de Sousa Neto

JUDICIÁRIO EM REVISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO/

EDITORA-GERAL: Sílvia Goes.

SUBEDITOR: Bruno de Castro.

REDAÇÃO: Alzira Barreira, Ana Carolina Palhano, Bruno de Castro, Camilla Carneiro, Emanuely Néri, Karine Wanessa, Naara do Vale, Pamela Lemos, Priscila Teixeira, Rebeca Nolêto, Rodrigo França, Thyliana Costa e Ulysses Sousa.

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E

TRATAMENTO DE IMAGENS: Calvin Penna e Rannjon Mikael

FOTOGRAFIA: Calvin Penna e Rannjon Mikael

BANCO DE IMAGENS: Freepick

IMPRESSÃO: Parque Gráfico do Poder Judiciário do Ceará.



WWW.TJCE.JUS.BR



IMPrensa@TJCE.JUS.BR



WWW.FACEBOOK.COM/TJCEOFICIAL



[@TJCENOTICIAS](https://twitter.com/TJCENOTICIAS)

ÍNDICE



A HISTÓRIA DE ADOÇÕES TÁRDIAS 30



A LIÇÃO DE VIDA DE WILLIAM 36



OS DEZ ANOS DA LEI MARIA DA PENHA 42



PELO DIREITO DE TER UM PAI 46



UM CENTRO DE TURISMO NO CENTRO DA CIDADE 58

- 6 UMA FACETA DIFERENTE DO CAMBEBA
- 13 JURISDICIONÁRIO
- 14 CENSO DA MAGISTRATURA
- 18 COMO ALGUÉM VIRA DESEMBARGADOR?
- 22 O PAPEL SOCIAL DA JUSTIÇA
- 25 QUANDO O TRIBUNAL PROMOVE POLÍTICAS PÚBLICAS
- 38 MEDIAÇÕES PELO BOM SENSO
- 50 AÇÕES CONTRA A CRISE
- 61 VOCÊ SABIA?
- 62 SOBRE COMO LIDAR COM PESSOAS

UM LUGAR DE ENCONTROS

GENTE DE TODAS AS IDADES TRANSFORMA UM LUGAR ANTES SÓ FEITO DE PRÉDIOS E FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS EM CANTO DE INTERAÇÃO COM FORTALEZA. O CAMBEBA, ONDE FUNCIONA O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ, É TODO DIA ESPAÇO PARA EXERCÍCIOS E DESEJOS DE VIDA LONGA



Pamela Lemos
pamela.lemos@tjce.jus.br

Pouco antes do anoitecer, junto com o fim do expediente nos prédios públicos, a pista ao redor do canteiro central começa a ganhar movimento. Mas não só de carros. Enche de gente. Cada qual num ritmo próprio. Alguns a passos lentos; outros numa velocidade que cansa só de olhar! As horas correm e mais pessoas chegam. Crianças, jovens, velhos. O Centro Administrativo do Cambeba é um espaço democrático. E não só em relação à idade. Recebe grupos de corredores, ciclistas, skatistas, dançarinos...

Tem quem goste de fazer exercícios funcionais e quem aparece só para tomar açaí. Tem até um casal de idosos que entrelaça as mãos e anda, passinho após passinho, com o cachorro Dachshund. Nesse mar de gente, Jéssica Lima, aos 25 anos, pode ser vista de segunda a sexta-feira. A gravidez de seis meses não é empecilho para fazer exercícios.

Ao lado do marido, ela caminha pelo menos 30 minutos por dia. E garante que Miguel, o bebê, adora. “Me sinto melhor depois que comecei a caminhar. Eu já praticava exercício antes, parei por um tempo e voltei quando o médico autorizou. É muito bom!”, conta. A escolha do local também ajudou a tornar tudo mais agradável. “É um espaço muito bacana, onde as pessoas praticam várias modalidades. Antes, eu não imaginava que aqui era assim. Além disso, tudo hoje é pago. Ter um local público pra gente vir a hora que quiser é excelente.”

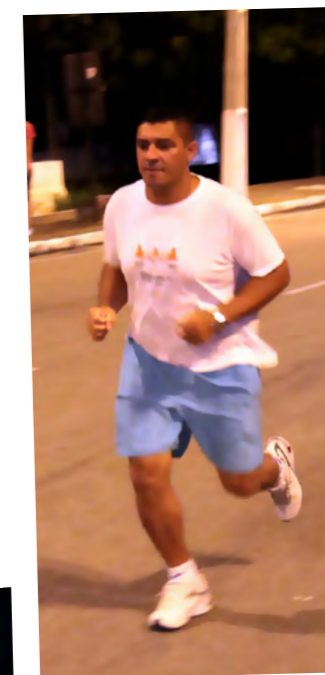
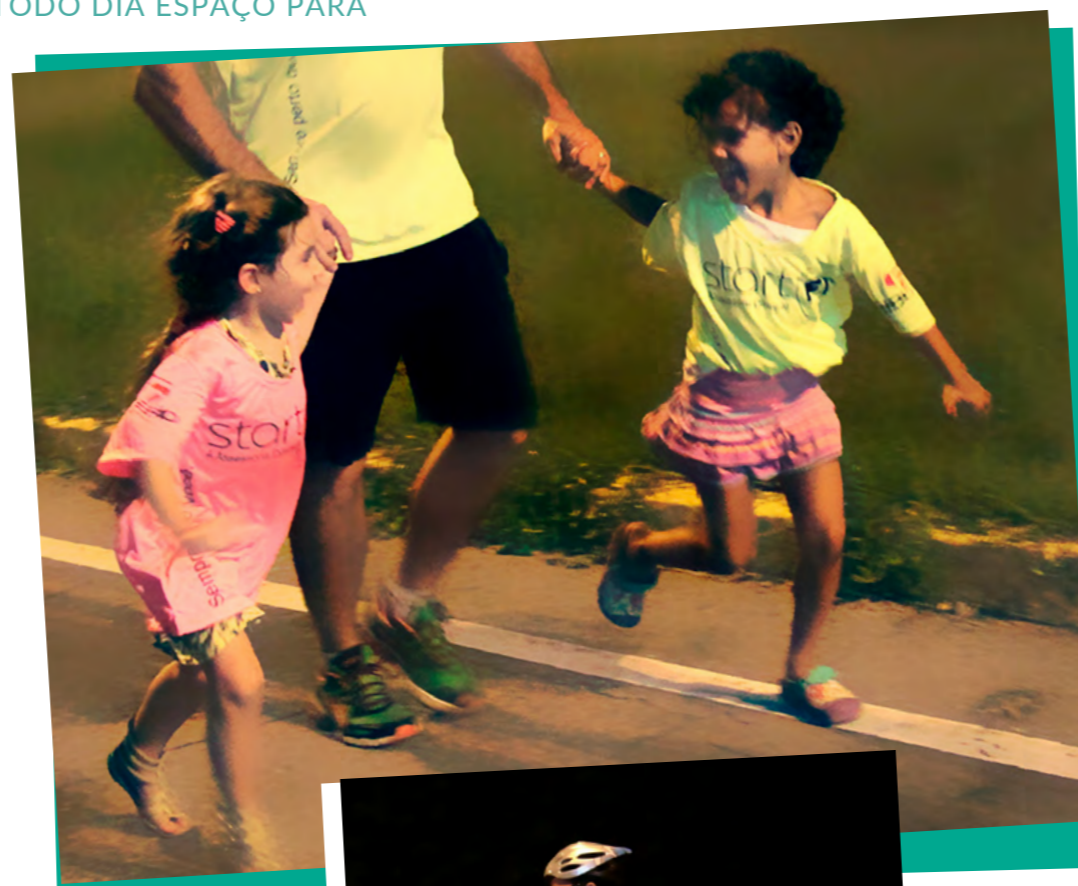
Pedro Harrison Lima, o marido, acrescenta: “está difícil achar um local que seja seguro, com policiamento 24 horas e que ofereça a estrutura do Cambeba. Tem estacionamento, o asfalto é excelente, sem buracos; ideal para a prática de esportes.”

A sensação de segurança também atraiu Gilberto Lima Castro. Ele costumava pedalar na CE-040. Há alguns meses, porém, decidiu frequentar o Cambeba. “Na CE, você fica sujeito ao trânsito intenso, corre risco de acidente e ainda pode ser assaltado, como aconteceu com alguns amigos”, explica.

A tranquilidade permite que o professor traga o filho Heitor, de cinco anos. “Tem muitas crianças pedalando, caminhando com os pais e fazendo outras atividades. Ele pedala um momento na garupa comigo e depois vai pra bicicletinha dele e eu fico correndo ao lado.”

O engenheiro agrônomo Efraim Moreira foi outro ciclista que trocou as rodovias pela pista do Cambeba. Aos 61 anos, ele costuma pedalar 15 quilômetros, três vezes por semana. “A gente se sente mais seguro aqui do que noutros locais. E ainda dá pra fazer um percurso bom, porque tem subida e descida. Isso faz você trabalhar bem a musculatura”, explica.

Cláudio Abraão Lemos costuma trazer o filho pelo menos uma vez por semana. “Eu venho com ele na sexta-feira, quando chego mais cedo do trabalho, só para brincar mesmo, e faço caminhada nos outros dias.”



Comecei em agosto do ano passado, por recomendação médica e incentivo da minha esposa e sogra. Gostei demais porque é um espaço agradável, seguro e ainda próximo de casa”, salienta o vendedor.

Já a enfermeira Liliane Caminha aprendeu a correr e também está fazendo exercícios funcionais. Ela afirma que começou há seis meses, por influência do irmão, e não pensa em parar. “Quando a gente tem uma frequência diária, melhora a força, a resistência e até a rotina de trabalho. Aqui é uma área muito boa porque tem uma pista ampla e acessos bons, a iluminação é ótima e já virou um point. Pessoas jovens, idosos e crianças estão vindo não só para fazer exercícios. É um ambiente muito familiar”, comenta.

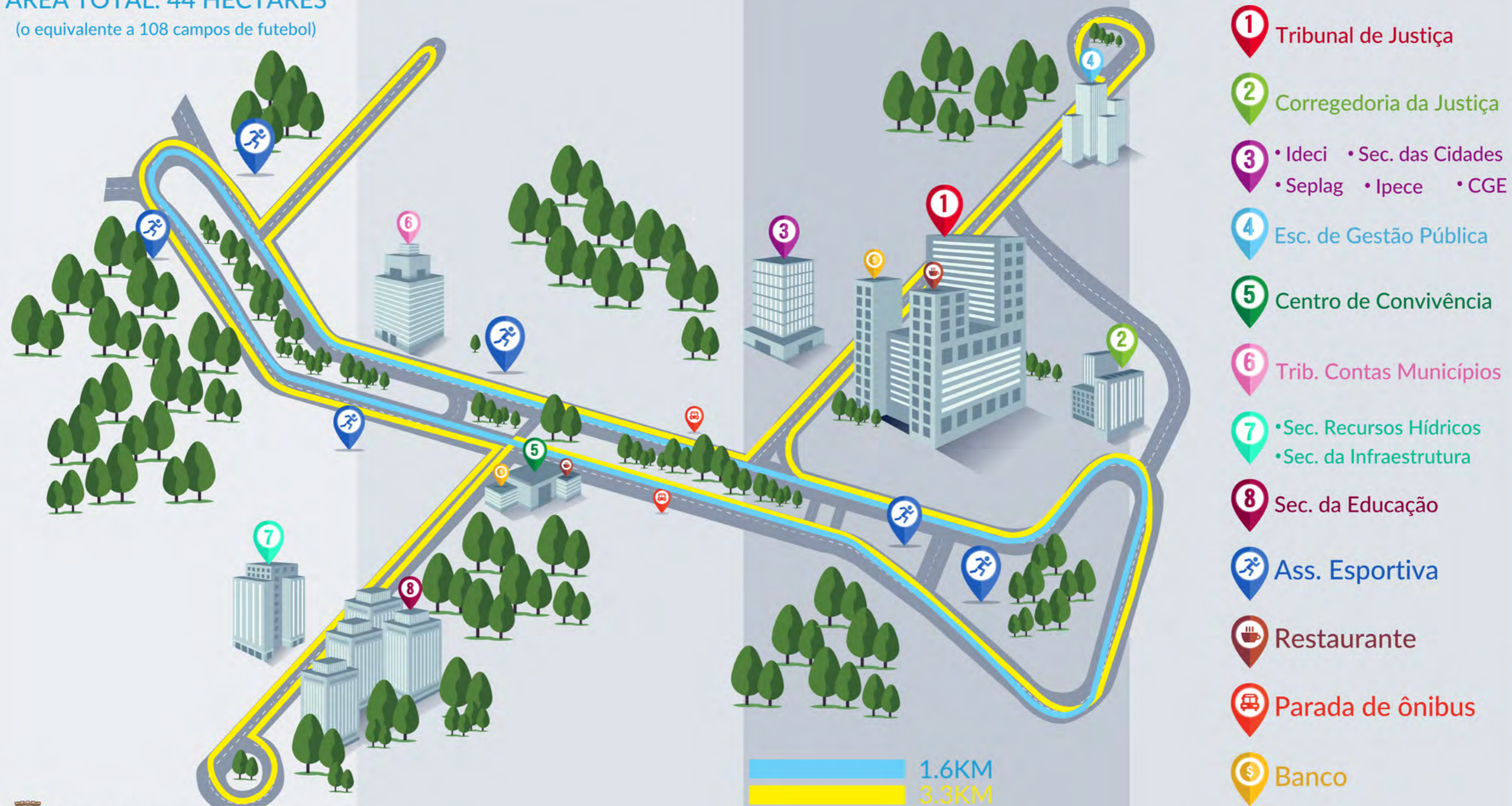
Liliane é aluna de Renné Mazza. O educador físico oferece assessoria esportiva em vários espaços públicos de Fortaleza e há nove meses também atende no Cambeba. Ele trabalha de segunda a quinta-feira, os dias mais movimentados. Divide o espaço com profissionais de outras empresas que também enxergam no Cambeba uma boa área verde para a prática de exercícios e lazer.

Renné destaca a facilidade para estacionar, a segurança, a dimensão da área e a ventilação como fatores que têm atraído cada vez mais gente. “Acredito que cerca de três a quatro mil pessoas frequentam esse local diariamente. Virou uma praça fantástica porque é um espaço super democrático, que possibilita o bem-estar físico e social, e onde conseguimos nos encontrar como profissional de educação física.”

O CAMBEBA

ÁREA TOTAL: 44 HECTARES

(o equivalente a 108 campos de futebol)



EU ABRAÇO ESSA IDEIA!



“Corro no Cambé há cerca de seis anos. Acho seguro e não tem os riscos de correr na rua. O percurso é todo arborizado, o que torna a atividade ainda mais agradável. Quando comecei, a procura era pouca, mas hoje cresceu muito. Devido a esse aumento de demanda, o espaço poderia ter banheiros químicos e um restaurante para, após a prática do exercício, os frequentadores fazerem um lanche.”

Neuter Marques Dantas Neto
Juiz auxiliar da Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral



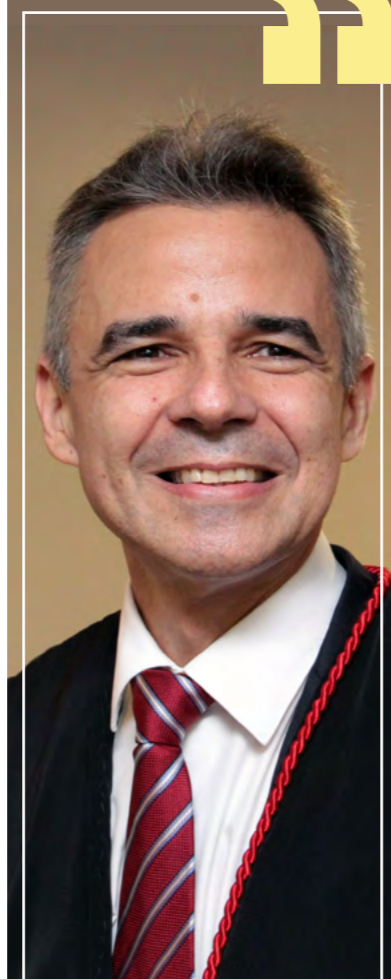
“Eu fazia esteira na academia, mas estava sentindo a necessidade de um espaço aberto, onde pudesse ter contato com a natureza. Procurei uma assessoria esportiva e comecei a correr no Cambé há dois anos. Aqui é ótimo e está virando um verdadeiro point de esporte. Tem lugar para corrida, skate, bicicleta... Tudo ao ar livre! Isso me motiva ainda mais.”

Raimundo Carvalho
Auxiliar administrativo



“Fortaleza é carente de áreas para a prática de atividades esportivas. Eu trabalho na Justiça Estadual há mais de 20 anos e nunca imaginei que o Cambé pudesse ser aproveitado da forma que vem sendo. Nos primeiros dias, me surpreendi com a quantidade de gente. Além do bom espaço para a prática de exercícios, tem estacionamento e ainda a questão da segurança, que atrai as pessoas. Acho muito válido!”

Heráclito Vieira de Sousa Neto
Desembargador integrante da 4ª Câmara Cível do TJCE



“O esporte e o lazer melhoram a qualidade de vida das pessoas. O Cambé é amplo, arborizado, iluminado e tem segurança. Isso estimula a prática de várias atividades de quem mora nas imediações. Além disso, a utilização desse espaço é uma forma de maior aproximação da população com o Poder Público, pois esse é um local destinado inicialmente a sediar órgãos da administração pública e do Judiciário, fazendo surgir o sentimento de que o Estado está mais próximo do povo, de onde, verdadeiramente, o poder emana.”

José Tarcílio Souza da Silva
Desembargador integrante da 8ª Câmara Cível do TJCE



“Comecei a pedalar no Cambé há dois anos. Primeiramente, em busca de uma vida mais saudável. Eu via outras pessoas pedalando e isso também me incentivou. Para completar, é um local que tem segurança e é bem iluminado. Hoje já venho para o trabalho de bicicleta e fico para pedalar, unindo o útil ao agradável. O interessante é que tem cada vez mais gente aqui. O Centro Administrativo se tornou um dos principais points de prática de esporte ao ar livre, porque poucos locais em Fortaleza têm essa estrutura. Aqui eu me sinto em casa.”

Renato Duarte
Servidor do TJCE

COMO COMEÇAR E ATINGIR MELHORES RESULTADOS

1 IR AO MÉDICO



O educador físico Claudio Amorim explica que, antes de iniciar qualquer exercício físico, é necessário ir ao médico para uma avaliação. “Normalmente é analisada a rotina do paciente e também verificado se existe algum histórico familiar de doença coronariana, hipertensão ou diabetes”, explica.

Depois são solicitados alguns exames. “O check-up geral inclui eletrocardiograma, hemograma completo e glicemia, por exemplo. Também pode ser solicitada uma ergoespirometria, que avalia o desempenho físico máximo do paciente e mede a resposta dos sistemas cardiovascular, muscular e pulmonar a situações de esforço”, acrescenta.

2 VESTIR ROUPAS LEVES



O professor afirma que só a partir desses exames e das recomendações médicas “é possível montar uma planilha de treinamento segura, respeitando a idade e o objetivo de cada um”. Ele também recomenda o uso de “roupas leves e confortáveis, que não limitem nenhum tipo de movimento”.

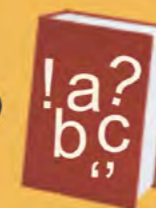
Já o calçado varia de acordo com o tipo de pisada, que pode ser pronada (quando a parte de fora do calcanhar toca no chão, o pé inicia uma rotação excessiva para dentro); supinada (o pé toca o solo com a face externa do calcanhar e se mantém na banda externa do pé); ou neutra (começa com a parte externa do calcanhar e o pé rotaciona ligeiramente para dentro). “Ortopedistas ou fisioterapeutas podem fazer essa avaliação. É importante conhecer a pisada para evitar vícios posturais, lesões nos tornozelos, joelhos e coluna”, salienta.

3 ALIMENTAÇÃO BALANCEADA



Claudio Amorim ressalta que os treinos são potencializados quando a pessoa tem uma alimentação balanceada de acordo com a rotina e as metas que deseja alcançar. “Sempre indico aos meus alunos que procurem um nutricionista para que consigam melhores resultados com os treinos”, completa.

JURISdicionário



AUTOS

Nome dado ao conjunto de peças de um processo. Vale também para anexos e volumes.

CLÁUSULA LEONINA

Trecho de um contrato ou de um documento público/particular criado para atribuir vantagens exageradas a parte(s) contratante(s) em relação às demais. Isso pode acontecer com previsões para essa parte receber lucros desproporcionais quando comparada às outras. A cláusula também pode ser chamada de “cláusula exorbitante.”

IMPEACHMENT

Significa “impedimento”. É um processo político-criminal aberto para apurar a responsabilidade de governadores e secretários de Estado, ministros de Estado, do Supremo Tribunal Federal, dos comandantes das Forças Armadas, do presidente e do vice-presidente da República no cometimento de crimes. A pena é a destituição do cargo.

CONCUSSÃO

Um dos crimes praticados por servidor contra a administração pública. A prática consiste em exigir, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, qualquer vantagem indevida. A pena é de prisão de dois a oito anos e multa.

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Decisão tomada no curso de um processo sobre questões que não põem fim a ele.

COMPETÊNCIA

Expressão utilizada quando se quer informar quais causas, de quais pessoas e de quais lugares devem ser julgadas por determinado juiz.

EXTRADIÇÃO

Ato pelo qual um Estado entrega a outro um indivíduo para ser processado e julgado. A entrega é feita a pedido do Estado que vai recebê-lo.

ECONOMICIDADE

Trata-se da relação entre o custo e o benefício que deve ser considerada pela atividade pública quando da aplicação de recursos. É posta como princípio para o controle da Administração Pública (artigo 70 da Constituição Federal).

EMPRESAS DE ECONOMIA MISTA

São empresas que aliam o poder público com a iniciativa privada. Isso significa que tanto Estado quanto ações particulares participam dessas entidades com capital e direito a voto.

DEPORTAÇÃO

Pena imposta a uma pessoa para ela abandonar o país e ir morar noutro local que lhe for determinado. Em regra, isso é feito porque o que está em questão é um crime político.



VOSSA EXCELÊNCIA, O [SEU] JUIZ!

UMA RADIOGRAFIA COMPLETA DOS 76 MAGISTRADOS QUE INGRESSARAM NO JUDICIÁRIO CEARENSE EM FEVEREIRO. QUEM SÃO, ONDE VIVEM, ONDE ESTUDARAM E DE ONDE ELAS VÊM?



Bruno de Castro
bruno.brito@tjce.jus.br

Elas por muito tempo foram vistas como figuras distantes. Ocupar o cargo de juiz, especialmente numa cidade pequena de Interior, era sinônimo tão somente de ter autoridade. De ser uma autoridade. A autoridade. E a comunidade que do magistrado precisava às vezes pouco sabia dele. De onde vinha, quais hábitos cultivava, quais experiências anteriores teve, qual vocação maior apresentava, (quase) tudo era mistério.

Mas uma mudança está em curso. Cada vez mais a Justiça tem se aproximado de quem a aciona. Há um elo para além do 'somente' solucionar o processo. Juízes e desembargadores ampliam suas atribuições e agora influenciam questões sociais ao estreitarem laços com populações e instituições, sejam elas públicas ou não.

Em fevereiro último, o Ceará ganhou 76 novos juízes. A maior posse da história do Tribunal de Justiça (TJCE). Todos foram para municípios com poucos habitantes, beneficiando 1,5 milhão de pessoas. No vocabulário jurídico, localidades assim formam a chamada Entrância Inicial. E justamente por terem poucos moradores mostram o quanto é importante magistrado e população ajudarem um ao outro.

"O juiz não pode ser uma figura com ar e postura de inalcançável. Ele deve estar perto da comunidade onde atua porque, afinal, além de pertencer a ela, ele representa essa comunidade. E deve representar bem. Deve ser exemplo. As pessoas precisam enxergar no magistrado alguém com quem podem contar, um parceiro, e não alguém de quem devem ter receio", avalia a presidente do TJCE, desembargadora Iracema Vale.

Nas próximas páginas, você vai ter acesso a uma espécie de 'radiografia' do perfil desses juízes recém-empossados. Vai saber, por exemplo, que 81% deles nasceram fora do Ceará. Mas que, quando estratificadas as unidades da Federação, é justo o Ceará o estado com a maior quantidade de representantes (14, em números absolutos; ou 18% do total).

O último concurso para juiz atraiu candidatos de quase todo o Brasil. Na ponta do lápis, dentro dos 76 empossados, o Tribunal recebeu gente de 24 estados e do Distrito Federal. Só do Nordeste são 49 juízes (ou 64% do total). Uma miscigenação positiva. Porque essa é uma troca cultural cheia de possibilidades.

Vinda de Garibaldi, no Rio Grande do Sul, a juíza Danúbia Loss Nicolão é uma das 20 mulheres que formam o grupo de novos magistrados. Foi designada para atuar em Icapuí, a mais oriental cidade do litoral cearense. Saiu das serras gaúchas, no frio, para um município praiano, cheio de sol e hábitos distintos. "Ao chegar, eu preciso conhecer a comunidade. Eu venho do Interior do Sul, de uma realidade completamente diferente. Então, os primeiros meses serão de ambientação. Mas me aproximar da comunidade é algo que considero fundamental", classifica.

O secretário-geral do TJCE, Pedro Henrique Genova, considera positivo o Judiciário receber agentes de culturas tão diversas. "Juízes são parte da comunidade onde atuam tanto como indivíduos com direitos quanto como agentes públicos que asseguram o direito dos outros. Por isso, é fundamental haver trocas. O magistrado precisa ter sensibilidade e transparência", pontua.



O JUIZ NÃO PODE SER UMA FIGURA COM AR E **POSTURA DE INALCANÇÁVEL**. ELE DEVE ESTAR PERTO DA COMUNIDADE ONDE ATUA PORQUE, AFINAL, ALÉM DE PERTENCER A ELA, ELE **REPRESENTA ESSA COMUNIDADE**. E DEVE REPRESENTAR BEM.

Iracema Vale

Presidente do Tribunal de Justiça

TRANSPARÊNCIA

PRODUTIVIDADE PODE SER ACOMPANHADA

Não importa se o juiz é experiente ou se entrou há pouco no Judiciário cearense, como os 76 empossados em 25 de fevereiro último. Ele pode ter a produtividade acompanhada de perto por quem quiser verificar o trabalho dos magistrados. Basta o interessado ter acesso à Internet.

No site oficial do TJCE, o usuário pode acessar planilhas com todas as informações sobre a atuação de juízes da Capital e do Interior, de desembargadores e de magistrados do Primeiro Grau. Os dados estão disponíveis na seção "Transparência". É só clicar em "Produtividade dos Magistrados". O ícone é encontrado já na página principal do portal.

Os relatórios podem ser acessados inclusive de dispositivos móveis, como smartphones e tablets. Com a reformulação do site do TJCE, o portal ganhou navegação responsiva. Isso significa que o conteúdo se adequa ao tamanho da tela do equipamento.

Nesses documentos, o usuário visualiza: o nome do juiz/desembargador, o local onde ele atua, a quantidade de processos admitidos e arquivados, o total de cartas precatórias e o número de sentenças, audiências, decisões interlocutórias, acordos e despachos realizados. As estatísticas são estratificadas mês a mês.

O endereço para acesso é: <http://www.tjce.jus.br/areas/meta-7/>

O PERFIL DOS 76 NOVOS JUÍZES

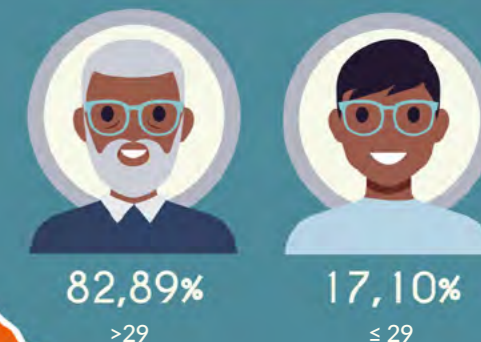
APÓS CONSULTAR ARQUIVO POR ARQUIVO DE CADA UM DOS 76 JUÍZES EMPOSSADOS EM FEVEREIRO DESTA ANO, A "JUDICIÁRIO EM REVISTA" APRESENTA UMA ESPÉCIE DE CENSO DOS NOVOS MAGISTRADOS. VOCÊ VAI DESCOBRIR SE A MAIORIA É HOMEM OU MULHER, SE É JOVEM OU ADULTO, SE É CEARENSE OU NASCIDO NOUTRO ESTADO, SE É FORMADO EM FACULDADE PÚBLICA OU PARTICULAR E SE TEM OU NÃO FAMÍLIA. UM TRABALHO METICULOSO PARA VOCÊ, CEARENSE, CONHECER MELHOR QUEM VAI AJUDAR A JULGAR CAUSAS QUE PODEM MUDAR A SUA VIDA.



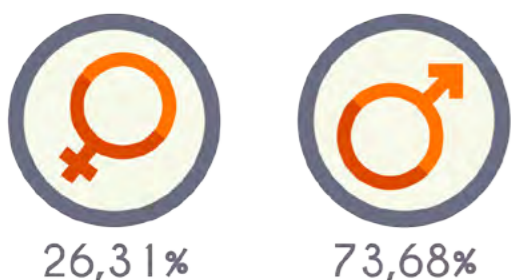
ESTADO CIVIL



IDADE



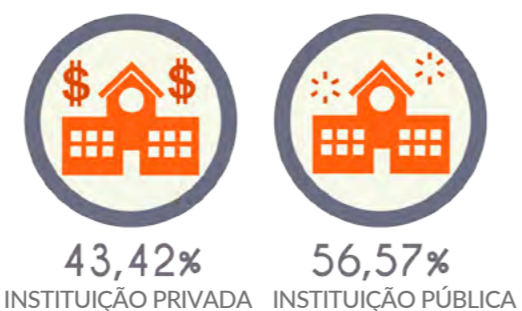
GÊNERO



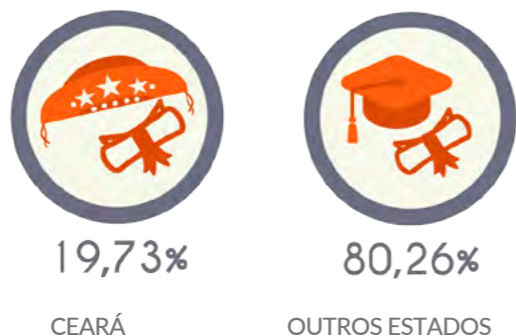
NATURALIDADE



FORMAÇÃO SUPERIOR

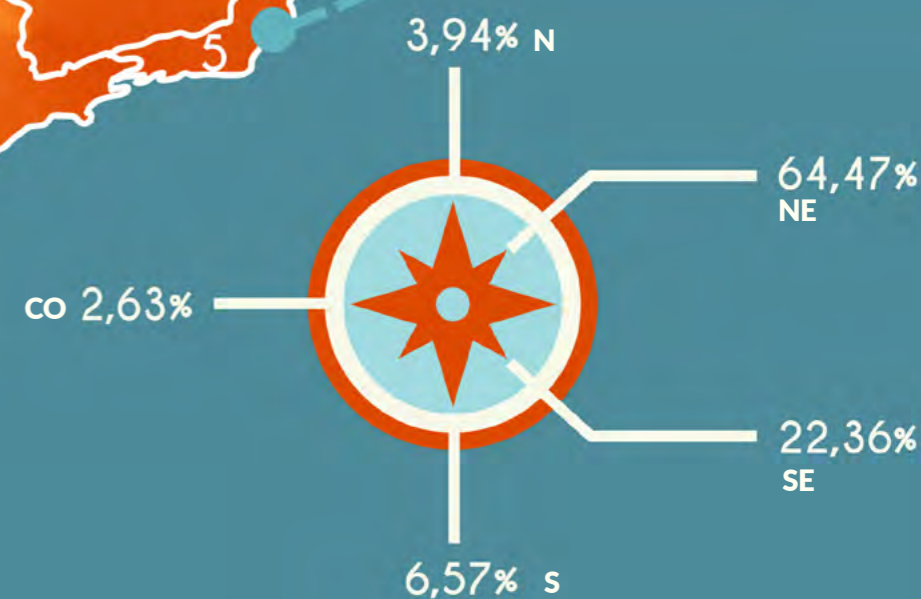


FORMAÇÃO



PARA ONDE OS JUÍZES VÃO?
[HTTP://BIT.LY/1UB22GL](http://bit.ly/1UB22GL)

REGIÃO



O LONGO CAMINHO ATÉ O TOPO DA JUSTIÇA

Além de **vocacionado**, o operador do Direito que deseja tornar-se desembargador precisa ter dignidade, seriedade e competência. E ainda aprender a trabalhar em grupo. Mas o que acontece até alguém ser designado a ocupar uma das 43 mais importantes cadeiras do Judiciário cearense?

Ulysses Sousa
ulysses.sousa@tjce.jus.br



Desembargador, um magistrado de 2º Grau integrante de um Tribunal de Justiça. Alguém cuja atribuição é, entre outras coisas, julgar recursos de sentenças proferidas por juízes. O cargo é concorrido e bem restrito, pois é a posição máxima na genealogia da Justiça Estadual. E a quantidade de vagas é sempre limitada por lei. Conforme o relatório “Justiça em Números 2015”, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Judiciário brasileiro tinha 2.190 desembargadores em 2014.

Quem quer chegar ao topo da Justiça pode fazê-lo construindo uma carreira na magistratura, que é iniciada com a aprovação em concurso público. A partir daí, o magistrado, na esfera estadual, inicia a atuação como juiz substituto e seu cargo só se torna vitalício após dois anos de exercício da atividade.

O trabalho tem início em municípios com pequenas populações, onde estão sediadas as chamadas comarcas de Entrância Inicial. Com o passar do tempo, ele pode se candidatar à promoção para comarcas de entrância superior, sediadas, geralmente, em cidades maiores e capitais dos Estados.

O juiz pode chegar ao Tribunal de Justiça também por meio de promoção, que segue os critérios de antiguidade (o mais antigo no exercício do cargo) ou merecimento (o desempenho do magistrado). Nessa última, é adotada uma avaliação objetiva do candidato, com notas para conduta, eficiência, qualificação, entre outros aspectos.

As promoções ocorrem de acordo com a disponibilidade de vagas. Em média, leva-se de 20 a 25 anos para um juiz estadual chegar ao posto de desembargador de um Tribunal de Justiça, segundo o Conselho Nacional de Justiça.

Os desembargadores atuam em colegiados, que podem ser câmaras ou turmas de julgamento, separadas pelas naturezas dos processos, como, por exemplo, cíveis e criminais. Além disso, também assumem cargos administrativos dentro do Poder Judiciário estadual, presidentes e vice-presidentes.

Juíza de origem, a desembargadora Tereze Neumann Duarte Chaves é integrante do TJCE desde maio de 2014. Para ela, a conquista da vaga está na “consolidação do preparo intelectual”, que vem com os esforços “dispendidos a partir das primeiras aulas do curso de Direito.”

A desembargadora destaca ainda que a “magistratura não é uma profissão, mas uma vocação”. Ela também ressalta que o jovem “que almeja dedicar sua vida à arte de julgar deve, antes de tudo, sentir o chamado vocacional interior.”

43 é o número de vagas de desembargadores do CE

2.190 é o total de desembargadores existentes no Brasil



Des. Tereze Neumann



Des. Francisco Lincoln



Des. Gladysson Pontes

MINISTÉRIO PÚBLICO E ADVOCACIA

Os quadros de desembargadores dos Tribunais de Justiça não são formados somente por juízes de carreira. Procuradores do Ministério Público (MP) e advogados também podem ingressar na magistratura de 2º Grau por meio do Quinto Constitucional. Em ambos os casos, os escolhidos são selecionados pelo governador através de listas definidas pelas entidades.

No caso dos procuradores do Ministério Público, o caminho é semelhante ao dos juízes. O ingresso na instituição também acontece através de concurso para promotor de Justiça, que poderá dar acesso ao cargo de procurador, também por promoção.

O desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva ingressou no TJCE em outubro de 2006, em vaga reservada ao Ministério Público do Ceará (MP/CE). Para ele, a magistratura veio completar a formação profissional desenvolvida ao longo da vida. “No início da minha carreira, advoguei por três anos na área cível e criminal. Depois, ingressei no Ministério Público por concurso”, recorda.

“Minha experiência como advogado me valeu muito para os passos seguintes como integrante do MP. Como desembargador, acho que me completei. Na vida, eu devia ser também um juiz. Minha experiência como advogado e como membro do Ministério Público me valeu muito para ser um desembargador”, avalia Francisco Lincoln.

Para o magistrado, o candidato ao cargo deve ter algumas “virtudes”: “dignidade, seriedade e competência”. “Além do estudo, que ajuda muito”, completa.

Em relação às vagas destinadas à advocacia, a escolha começa com a eleição de 12 candidatos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Depois, a própria entidade faz uma triagem entre os eleitos e reduz a quantidade para seis nomes, que segue para o Tribunal selecionar somente três.

A lista tríplice então vai para o governador definir aquele que reúna as condições para preencher a vaga. “É a Constituição do Brasil que define o perfil do candidato”, explica o desembargador Francisco Gladysson Pontes, membro do TJCE desde janeiro de 2011, originário da OAB-CE.

Segundo a Carta Magna, o advogado para ingressar pelo Quinto Constitucional deve ter “notório saber jurídico e reputação ilibada”. Além de possuir uma “conduta retilínea”, completa o desembargador.

Para Gladysson Pontes, o magistrado vindo da advocacia, além do conhecimento jurídico, deve “aprender a conviver com um colegiado, porque o exercício da advocacia é uma atividade individual, enquanto a magistratura no Tribunal exige saber conviver com os diversos pontos de vista dos demais membros da Corte.”

O QUINTO CONSTITUCIONAL

Mecanismo definido pela Constituição Federal, em seu artigo 94, determina que um quinto (ou seja, 20%) da composição dos tribunais seja destinada a advogados e procuradores de Justiça.

Ao surgir a vaga para a OAB ou Ministério Público, a entidade forma uma lista sêxtupla, que será remetida ao tribunal e este selecionará três nomes. Os selecionados serão, então, encaminhados para o Executivo Estadual, que nomeará, no prazo de 20 dias, o escolhido.

O indicado deixa suas atividades e inicia nova carreira, não na condição de juiz de Primeiro Grau, mas já como desembargador.

25 ANOS é o tempo médio para um juiz tornar-se **DESEMBARGADOR**

OS CAMINHOS PARA SER DESEMBARGADOR



Já dentro do Tribunal, o magistrado pode tornar-se presidente de comissões, presidente de câmaras (cíveis e criminais), membro do Pleno, membro do Órgão Especial, corregedor-geral da Justiça, vice-presidente da Corte ou presidente do TJ. Caso deseje ser o chefe máximo do Tribunal, o desembargador deve vencer eleição interna para o cargo. A Corte escolhe um magistrado experiente e de conduta ilibada.

BEM MAIS DO QUE 'SÓ' JULGAR



OS TEMPOS DE HOJE EXIGEM DO JUIZ/DESEMBARGADOR UMA POSTURA DIFERENTE DO JULGADOR DE ANTIGAMENTE. É PRECISO ESTAR ATENTO AO QUE ACONTECE AO REDOR. CONHECIMENTO É PODER



Emanuely Néri
emanuely.neri@tjce.jus.br

O magistrado é chamado a dar uma sentença em um processo. Mas o papel dele não se limita mais apenas a isso. Está no passado a figura do juiz e do desembargador como mero aplicador da lei. Hoje, com o Judiciário de caráter cada vez mais humanista, o julgador assume uma nova função social.

“Fazer justiça” agora significa sair da visão tradicional do “direito a todos” para adentrar em aspectos sociais da população e da cidade onde o magistrado atua. Isso exige do profissional um perfil ágil e eficiente. Características tidas como essenciais para quem precisa do Judiciário. “Os assuntos ligados à Justiça são sempre

burocráticos. Então, é muito importante que o juiz esteja presente em sua unidade, produzindo, para agilizar o andamento das ações”, declara a autônoma Isabel Brilhante.

Juiz auxiliar de Fortaleza, Luciano Nunes Maia Freire acredita que conhecer as peculiaridades do município é importante para o magistrado fazer um bom trabalho. “É inconcebível o juiz desconhecer a realidade social ao redor dele. Nas ações previdenciárias do Interior, por exemplo, como ele vai decidir pela aposentaria ou não de um determinado agricultor sem conhecer a realidade da região? No período de estiagem, esses trabalhadores

desempenham outras atividades para a subsistência familiar e o INSS, muitas vezes, entende que houve interrupção da atividade agrícola e nega a concessão do benefício mensal. É justo? Não! Portanto, conhecer os hábitos das pessoas é essencial para se fazer justiça”, enfatiza.

Para a titular do Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Fortaleza, juíza Rosa Mendonça, entender os dramas sociais, econômicos e pessoais dos envolvidos na causa em julgamento auxilia no desempenho do magistrado.

Ela classifica a magistratura como uma missão, às vezes, altamente espinhosa. “Entendo que é necessário

ser vocacionado. A carga emocional que envolve um julgamento, o peso de decidir as questões e a responsabilidade de ter o destino das pessoas em suas mãos requer, além de conhecimentos técnicos, muita coragem e dedicação.”

FELICIDADE E HARMONIA

O doutor em Sociologia e Direito Constitucional e professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), Sidney Guerra, entende a magistratura como balizadora de uma boa sociedade. “Por ser uma atividade de exercício humanístico, tem a viabilidade de concretizar, seguindo a Constituição Federal, a dignidade humana. O magistrado deve honrar a toga que lhe foi concedida pelo Estado, pois ele é chamado cada vez mais a decidir sobre situações que afetam a vida de todos, buscando uma existência feliz e harmônica.”

Felicidade e harmonia que devem ser fruto da presteza, da agilidade e da eficiência de quem está na ponta do serviço prestado pela Justiça. Na opinião da titular da 6ª Vara de Execuções Fiscais e Crimes Contra a Ordem Tributária de Fortaleza, juíza Andrea Delfino, a atuação do juiz/desembargador é tão relevante para a sociedade que de modo algum deve ser encarada apenas como uma profissão. “Nos é concedido o poder de julgar sobre a liberdade e patrimônio do nosso semelhante. Isso é de uma relevância tamanha que se reveste do que poderíamos chamar de missão”, declara.

Já o juiz Luciano Nunes frisa que o mundo pós-moderno exige do magistrado muita praticidade, atue ele em grandes centros urbanos ou em cidades de pequeno porte. Ele acredita que o cargo de magistrado não é, na verdade, propriamente da pessoa que o desempenha, mas sim da sociedade.

“O magistrado deve prestar contas do seu trabalho aos cidadãos que o remuneram, devendo sempre atuar com presteza e produtividade nos julgamentos. Em uma democracia consolidada como a nossa, o povo respeita e acredita profundamente no Judiciário, considerando a Justiça, muitas vezes, a sua última esperança. Portanto, presteza e produtividade são de fundamental importância”, sublinha Luciano.

O professor Sidney Guerra avalia que essas características, quando preservadas, valorizadas e estimuladas, sempre darão à Justiça a sensação de ser um poder real e próximo da sociedade. “A angústia dos que procuram o Judiciário se compara, pelo uso de uma metáfora, a um doente que procura o médico. Quem procura a Justiça, procura dar uma solução, no menor tempo possível, a um problema que lhe aflige. Portanto, a agilidade processual de um magistrado, com toda a prudência que cada caso requer, ajuda por demais aos que buscam solucionar conflitos”, analisa.



Sociólogo, Sidney Guerra entende a magistratura como balizadora de uma boa sociedade

MEDALHA DO MÉRITO JURISDICIONAL AOS MELHORES, O RECONHECIMENTO

Ser produtivo, estar sempre disponível e ser ágil são características tão importantes para o cumprimento do novo papel social da magistratura que se tornaram critérios de premiação no Judiciário cearense. Em 2006, a Corregedoria Geral da Justiça do Estado instituiu a Medalha do Mérito Jurisdicional, cuja finalidade é enaltecer o princípio constitucional da eficiência.

Em fevereiro deste ano, o atual corregedor-geral de Justiça, desembargador Francisco Lincoln Araújo e



Silva, entregou a honraria a cinco magistrados que mais se destacaram em suas atividades no ano de 2015.

Para o corregedor, é importante a Corregedoria acompanhar o movimento forense das unidades judiciárias de 1º Grau, proporcionando, assim, um serviço mais ágil e eficaz aos que procuram o Judiciário cearense. "O cidadão que participa de um processo busca a eficiência que é avaliada na produção dos resultados previstos na lei, atendidas as garantias que a integram. Busca-se, portanto, a solução de litígios", declara.

Uma das agraciadas, a juíza Andrea Delfino julga importante o magistrado se esforçar para melhorar a gestão do Judiciário que "redunde em uma melhor prestação jurisdicional ao povo cearense."



OS AGRACIADOS



Maria Tereza Farias Frota
Entrância Inicial

Ingressou na magistratura em 2009 e já atuou em diversas cidades do Ceará. Pós-graduado em Direito Processual, hoje é juiz auxiliar de Fortaleza e integra o grupo de descongestionamento processual do Interior.



Andréa Mendes Bezerra
Entrância Final

Ingressou na magistratura em 2001. Já atuou em cidades do Interior e hoje é titular do Juizado Especial Cível e Criminal do Crato. Atua ainda como coordenador do Polo de Aprendizagem da Esmec.



Fátima Maria Rosa Mendonça
Juizado Especial de Entrância Final

É juíza há 17 anos. Já foi titular das comarcas de Itaitinga, Pacoti e Guaramiranga, e respondeu por Maracanaú, Guaiuba, Pacatuba, Pacajus, Palmácia, Mulungu, Aratuba, Capistrano e Itapiúna. Hoje é titular da 2ª Vara de Aquiraz.



Luciano Nunes Maia Freire
Entrância Intermediária

Ingressou na magistratura em 1993. Hoje é titular da 6ª Vara de Execuções Fiscais de Fortaleza, juíza eleitoral da Zona 113 da capital e coordenadora das Varas de Execuções Fiscais, Fazenda Pública, Registro Público e de Recuperação Judicial.



Ângelo Bianco Vettorazzi
Juizado Especial de Entrância Intermediária

É graduada em Direito e Biblioteconomia. Ingressou na magistratura em 1992. É especialista em Direito Processual Penal e Civil e em Administração Judiciária. Atuou no Interior e hoje é titular do Juizado da Mulher de Fortaleza.

MATÉRIA DE CAPA > REDE DE ATUAÇÃO

Uma Justiça mais Cidadã



Karine Wanessa
karine.sousa@tjce.jus.br

O Judiciário cearense vem ampliando as fronteiras de atuação, agindo não só como julgador de processos, mas também como formulador de políticas públicas e agente de transformação social. Com foco nessa nova cultura, a Escola Superior da Magistratura do Ceará iniciou, este ano, o primeiro mestrado profissional da instituição

Políticas de incentivo à conciliação e mediação, acompanhamento da aplicação da Lei Maria da Penha, visitas a centros socioeducativos de internação, campanhas de adoção e mutirões carcerários. Esses e outros assuntos vem pautando cada vez mais o dia a dia da Justiça cearense. As iniciativas são fruto da maior aproximação da Justiça com a sociedade e têm como objetivo a melhoria do serviço oferecido à população.

Mas não apenas isso. A formulação de políticas públicas gera ainda efeitos no desenvolvimento social e na promoção da garantia dos direitos fundamentais, como o acesso à cidadania. É o que garante o sociólogo Hermano Lima, doutor em Educação e especialista em Ciência Política. Ele também é professor de Teoria Política II do mestrado profissional em



Planejamento e Políticas Públicas, que passou a ser ofertado este ano pela Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec).

Entre juízes, promotores de justiça, advogados e outros profissionais do Direito, 40 alunos participam do curso. O mestrado é fruto de parceria com a Universidade Estadual do Ceará (Uece) em 2015 e possui 12 disciplinas, que somam 27 créditos, além de defesa de dissertação.

A turma da Esmec é a 14ª do mestrado, que foi implantado há 12 anos pela Uece e tem pontuação máxima da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (Capes). "Há 15 anos a Esmec sonhava com um mestrado. Um sonho que vem desde a consolidação de seus cursos de especialização. A realização desse convênio é uma vitória e um reconhecimento ao valor da

instituição”, destaca o desembargador Paulo Ponte, diretor da Escola à época da firmação da parceria.

Segundo o professor Horácio Frota, coordenador do mestrado da Uece, o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) já se destaca como promotor de políticas públicas por meio de programas diversos em âmbito administrativo e judicial. Com o mestrado, a ideia é ir mais longe na esfera de atuação, sobretudo para promover a pacificação social e reduzir a quantidade de conflitos. “A partir da década de 1950, observou-se nos Estados Unidos e na América Latina um aumento nas demandas judiciais, gerando uma cultura de que todos os problemas só poderiam ser resolvidos no Judiciário. Hoje esse cenário vem mudando”, analisa.

Ele explica que o objetivo do mestrado em Políticas Públicas voltado para os operadores do Direito é discutir formas não apenas de reduzir a judicialização de conflitos, mas também de promover maior conhecimento sobre a sociedade brasileira e as instituições. “Há hoje uma consciência de que o juiz não pode mais ficar apenas no aspecto normativo, com uma visão formal do Direito. É preciso haver entendimento acerca do contexto social em que a lei está sendo aplicada”, ensina.

ESFORÇOS

Um dos exemplos de ação em políticas públicas do Judiciário tem sido o incentivo à resolução de conflitos por métodos consensuais. Nesse sentido, o TJCE vem disseminando a criação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos (Cejuscs) nos fóruns do Interior, além de promover parcerias com órgãos públicos e instituições de ensino superior. Até agora, já foram firmados convênios com a Defensoria Pública e sete faculdades no Estado. A Justiça também se engaja em mutirões como a Semana Nacional da Conciliação, que em 2015 resultou em 4.329 acordos.

Outros exemplos de implementação de políticas são a adoção de metas de redução de despesas de consumo e os projetos de responsabilidade socioambiental. A especialização de competências com foco na mulher e na infância, por exemplo, também permitiu a criação de políticas segmentadas e voltadas à celeridade e Justiça social.

Em 2014, com a reestruturação das varas da Infância e da Juventude da Capital, a 3ª unidade ficou responsável somente pelo julgamento dos processos relativos a guarda e tutela, ações de destituição familiar e requerimentos de adoção. Desde então, o número de adoções vem crescendo. Em 2015, foram 37, superando os anos de 2014 e 2013, quando houve 17 e 14 adoções, respectivamente.

Ainda em 2015, houve também a realização do primeiro Mutirão de Execuções Fiscais, que uniu Poder Judiciário, Prefeitura de Fortaleza e Governo do Estado. Na ocasião, as seis Varas de Execuções Fiscais da Capital chegaram a arrecadar R\$ 29 milhões em dívidas atrasadas.

“A partir década de 1950, observou-se nos Estados Unidos e na América Latina um aumento nas demandas judiciais, gerando uma cultura de que todos os problemas só poderiam ser resolvidos no Judiciário. Hoje esse cenário vem mudando.”

Horácio Frota

Coordenador do mestrado da Uece



“O maior desafio do serviço público é fazer com que os projetos tenham **continuidade**. Nisso, a iniciativa privada tem muito o que ensinar, mostrando uma visão mais célere e menos burocrática de atuação. A política pública, além de ter um projeto bem preparado, gerenciado e com orçamento delimitado, precisa fundamentalmente fazer parte da instituição, para que se torne uma iniciativa do povo, e não de um grupo gestor momentâneo.”

César Belmino

Juiz e aluno da ESMEC

O Poder das Parcerias

O esforço em aplicar políticas públicas exige interlocução constante do Judiciário com os demais poderes na busca da aplicação da Justiça. Um dos exemplos é o Ronda Maria da Penha, que existe em Fortaleza e Maracanaú. Nele, os policiais militares atendem às vítimas de violência doméstica em casa e acompanham o cumprimento de medidas protetivas. Os projetos de ressocialização de apenados das Varas de Execução Penal de Fortaleza também só viraram realidade após a promoção de parcerias com o Governo, Prefeitura e iniciativa privada.

Mas como nasce a ideia de elaborar uma política pública? “Em primeiro lugar, é preciso que haja uma demanda da sociedade. Trata-se de um processo político-social que depende de informações, ética e busca de soluções conjuntas”, explica o professor Hermano Lima. O planejamento é o passo seguinte. E, para planejar, o Judiciário precisava se conhecer.

O primeiro retrato completo do Judiciário brasileiro foi tirado em 2009, com o lançamento do relatório “Justiça em Números”, do Conselho Nacional de Justiça.

Desde então, o anuário vem reunindo os principais dados dos tribunais, como quantidade de processos, custos, número de juízes e servidores. O conhecimento desses dados tem sido fundamental para a identificação de gargalos e definição de políticas públicas para tornar a Justiça mais célere e efetiva.

“O CNJ promoveu a cultura do planejamento, com definição de metas a serem alcançadas pela magistratura”, explica o juiz César Belmino, aluno do mestrado em Políticas Públicas. Titular da 3ª Vara de Execução Penal de Fortaleza, o magistrado coordena um rol de projetos bem-sucedidos na área e sentiu necessidade de aprimorar os conhecimentos. Ele pretende desenvolver estudos associando as políticas públicas do Judiciário e a iniciativa privada.

“O maior desafio do serviço público é fazer com que os projetos tenham continuidade. Nisso, a iniciativa privada tem muito o que ensinar, mostrando uma visão mais célere e menos burocrática de atuação. A política pública, além de ter um projeto bem preparado, gerenciado e com orçamento delimitado, precisa fundamentalmente fazer parte da instituição, para que se torne uma iniciativa do povo, e não de um grupo gestor momentâneo”, afirmou.

César Belmino destaca o impacto dos projetos de ressocialização de apenados, apontando que os índices de reincidência no crime chegam a cair 70%. “Queremos chegar a mil beneficiados este ano. Isso mostra o quanto podemos mudar a realidade, oferecendo o mínimo de oportunidades. E podemos avançar ainda mais. Apesar de criticado, o Judiciário é o Poder que mais vem se inovando e se modificando nos últimos anos. Temos um Plano Estratégico de longo prazo, que ultrapassa várias gestões do TJCE. Esse fato já

é uma grande inovação, algo que não vemos no Executivo, por exemplo.”

O advogado Flávio Aragão Ximenes convive há bastante tempo com políticas públicas e conhece bem os desafios envolvidos. Aluno do curso de mestrado da Esmec, ele atuou durante oito anos como gestor público da área de Transporte e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza. “Por muito tempo, o Judiciário se enclausurou nos gabinetes com ar-condicionado. Mas essa postura mudou. Hoje vemos muitos magistrados indo às ruas, adotando uma postura mais proativa. Essa nova perspectiva de aproximação do Judiciário significa resolver a questão antes que ela se torne um problema, evitando, assim, o aumento da demanda processual”, opina.

SAIBA MAIS

Para os Centros Judiciários de Solução de Conflitos, o TJCE firmou parceria com faculdades de Direito de Fortaleza, Sobral, Juazeiro do Norte e Crato.

Para o Ronda Maria da Penha, a PM recebeu treinamento específico. O programa existe desde o ano passado e, em Maracanaú, conta com o apoio também da guarda municipal, Secretaria de Assistência Social, Alcoólicos Anônimos, Delegacia e Conselho da Mulher.

Os programas de reinserção social de presos tocados pelas Varas de Execução Penal de Fortaleza existem desde 2012. Eles oferecem trabalho remunerado, estudo, capacitações e acompanhamento psicossocial.

O Mutirão Fiscal de 2015 envolveu TJCE, Secretaria da Fazenda do Ceará e Secretaria das Finanças de Fortaleza.

A Comissão de Responsabilidade Socioambiental do TJCE existe desde 2011.

Está em andamento no Judiciário o Plano de Logística Sustentável. Ele visa minimizar os impactos ambientais das atividades do Judiciário, incluindo monitoramento do uso da energia e da água e a destinação do lixo.

A 3ª Vara da Infância e Juventude de Fortaleza é responsável unicamente pelo julgamento dos processos relativos a guarda e tutela, ações de destituição familiar e requerimentos de adoção desde 2014.

4.329

Acordos foram feitos pelo TJCE em apenas cinco dias, durante a Semana Nacional da Conciliação de 2015.

1.000

Presos devem ser beneficiados até o fim do ano com os programas de reinserção social do TJCE.

10%

Foi a redução do acervo processual das Varas de Execuções Fiscais de Fortaleza por causa do Mutirão Fiscal de 2015.

150

Mudas de espécies nativas foram plantadas pelo Judiciário em frente à sede da Esmec, em Fortaleza.

Outras políticas públicas promovidas pela Justiça cearense nos últimos anos



Semana da Justiça pela Paz em Casa

Promovida pelo Supremo Tribunal de Justiça (STF), a Semana objetiva priorizar o julgamento de processos relativos a crimes de violência doméstica. Também são realizadas ações para esclarecer a população sobre o tema. No Ceará, a Coordenadoria Estadual da Mulher do TJCE está à frente do evento, que já teve quatro edições.

Oficina Pais e Filhos



Em funcionamento desde julho de 2014, a oficina é realizada pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos do Fórum Clóvis Beviláqua. O projeto visa auxiliar famílias a superar o momento da separação dos pais e os conflitos gerados a partir de então. São realizadas duas atividades por mês.



Pai Presente

Programa do CNJ que ajuda pessoas a terem o nome do pai na certidão de nascimento. No Ceará, desde a criação do Pai Presente, já foram feitos 5.422 reconhecimentos voluntários e 657 por DNA. A ação é coordenada pela Corregedoria-Geral da Justiça do Estado. O reconhecimento por lei assegura os direitos legais do filho, como participação na herança e recebimento de pensão alimentícia.

Programa Justiça e Cidadania



Leva, periodicamente, estudantes de escolas públicas e particulares ao Tribunal de Justiça. Além disso, promove palestras de magistrados em instituições de ensino. O objetivo é aproximar a Justiça da sociedade. Desde a implantação até agora, já foram beneficiados mais de 19 mil estudantes.



Campanha “Papel da Casa”

O programa possibilita a emissão de títulos de propriedade de imóveis para beneficiários da Companhia de Habitação do Ceará (Cohab). A iniciativa estabelece a isenção de tributos municipais, como IPTU e ITBI, e taxas da Cohab. Ao Poder Judiciário cabe a redução de 70% das custas de cartórios, quando do registro imobiliário.

Media Training

Priscila Teixeira
Jornalista
priscila.teixeira@tjce.jus.br



Diversas iniciativas e decisões interessantes da Justiça Estadual do Ceará têm pautado os veículos de comunicação locais e nacionais. Como não é possível a Assessoria de Comunicação estar em todos os foros, é imprescindível a colaboração de servidores e magistrados no sentido de subsidiar a equipe com informações. No caso da assessoria do TJCE, os contatos são (85) 3207.7056 e imprensa@tjce.jus.br.

TIMMING

Normalmente, profissionais de televisão, rádio e web encaminham pedidos urgentes e feitos de última hora, o que pode provocar estresse quando há demora no atendimento. Por isso, é sempre importante dar retornos mesmo que não seja possível conceder a entrevista solicitada.

ALERTAS

Alguns cuidados devem ser tomados durante uma entrevista. Entender bem as perguntas antes de respondê-las e manter a serenidade mesmo diante de provocações são pontos que merecem destaque.

CRISES

Algumas decisões judiciais podem ocasionar pequenas crises. Primeiramente, é fundamental informar corretamente, prevenindo que boatos se tornem verdades. É sempre importante também esclarecer à população as fundamentações que embasaram a decisão.

EDIÇÃO

Lidar com a imprensa requer conhecimento. Para uma entrevista de TV, por exemplo, fale pouco, da forma mais objetiva possível. Isso garantirá que o conteúdo não seja distorcido e possivelmente sua fala será veiculada na íntegra.

INOVAÇÃO

Com os perfis institucionais nas redes sociais utilizados cada vez mais como fonte de informação para os veículos de comunicação, o cuidado com o que se diz deve ser redobrado.

FAMÍLIA É ONDE TEM AMOR

CONSEGUIR UMA FAMÍLIA PARA CRIANÇAS ACIMA DOS TRÊS ANOS É UM DESAFIO PARA QUEM TRABALHA COM ADOÇÃO NO BRASIL. PRECONCEITOS E MEDOS AINDA FAZEM DOS BEBÊS OS PREFERIDOS PELOS PRETENDENTES. COM MUITA CONVERSA E INFORMAÇÃO, ESSA REALIDADE COMEÇA A MUDAR



Naara Vale
naara.pereira@tjce.jus.br



Amor não é sentimento imposto. Não tem regras, nem planejamento, muito menos medida, cara, cor, raça, gênero ou idade. Para existir, só precisa ter força, base e um coração aberto onde possa se aninhar. Na casa da contadora Ana Luzia Saraiva, 42, e do professor Wallacy Severiano, 37, corações despidos de preconceitos se abriram para receber Bianca, Cauã e Isabele. Três irmãos de 11, nove e oito anos, respectivamente, que passaram a maior parte da vida em um abrigo de Fortaleza à espera de uma família.

O trio ganhou um lar definitivo em 2015, num gesto raro de um casal que optou pela adoção tardia de um grupo de irmãos. Ana, que já era mãe de Letícia, 21, e de Artur, 15, não podia mais ter filhos biológicos quando casou com Wallacy. Juntos, eles queriam aumentar a família. Em novembro de 2013, deram entrada no processo de adoção no Fórum de Limoeiro do Norte, no interior do Ceará, cidade onde moram.

No perfil inicial, estavam dispostos a adotar duas crianças de até cinco anos, de qualquer gênero, cor ou problema de saúde, nascidas no Ceará ou no Rio Grande do Norte. Com este perfil, mal entraram no cadastro de adoção (em junho de 2015) e, imediatamente, receberam a ligação do Fórum de Limoeiro pedindo para irem lá com urgência.

“Conversei com a juíza e ela disse que tinha recebido uma ligação perguntando se existia a possibilidade de a gente adotar, ao invés de duas, três crianças que eram irmãs e não estavam no nosso perfil de idade. No outro dia, a gente já teria que estar em Fortaleza para conhecer as crianças e fazer a vinculação. Mas quem adota não é só o casal. A família tem que adotar também, né? A Letícia topou na hora. Disse que não tinha nem o que pensar. O Artur também. Falei com a minha mãe e disse que tinha recebido a ligação.”



Ela perguntou: ‘E aí, apareceram as crianças?’ Eu disse “sim, mas foram três”. Na hora, ela disse: ‘Onde comem duas comem três’. Às 9 horas da manhã estávamos em Fortaleza. Trocamos o perfil e, no mesmo dia, visitamos o abrigo. Foram vários dias seguidos de visitas. Em julho já estávamos com a guarda provisória”, recorda Ana.

A opção do casal por adotar crianças “mais velhas” vai na contramão do desejo da maioria dos pretendentes a adoção no Brasil. Segundo dados do Cadastro Nacional de Adoção do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Brasil tem hoje 35.630 pretendentes e 6.592 crianças disponíveis para adoção. Das pessoas inscritas, apenas 15.274 aceitam crianças acima dos três anos (idade que, embora não seja consenso, a maioria de juízes entende que a criança deixa de ser bebê e passa a se enquadrar na chamada adoção tardia). Hoje, elas representam mais de 89% das crianças à espera de uma família.

No cadastro de adoção de Fortaleza, os índices são parecidos. A cidade tem 73 crianças disponíveis (todas elas com idades entre três e 17 anos) e 169 pretendentes na fila de adoção. Destes, apenas 41 – ou 24% – aceitam adotar crianças/adolescentes acima de três anos. Porém, além da faixa etária, outras limitações têm dificultado essa conta a fechar. O elevado número de grupos de irmãos é um deles. Das 73 crianças disponíveis, quase metade (34) integra grupos de dois, três ou quatro irmãos que só podem ser adotados juntos, o que não é do interesse da maioria dos pretendentes.



A maior parte ainda idealiza adotar um bebê do sexo feminino e da cor branca. Para esse tipo de perfil, o tempo de espera pode ultrapassar os oito anos na fila. É o caso de um casal cearense que desde 2008 foi habilitado no cadastro de adoção e até agora não realizou o sonho de ter um filho porque o perfil é restrito a uma menina branca ou parda, entre zero e seis meses. Diferente de um casal habilitado em 2013 que optou por um perfil mais amplo e já conseguiu adotar uma menina parda de um ano e dois meses, passando na frente de outros 46 casais que só queriam crianças de até um ano ou exigiam que fossem brancas.

PARA ADOPTAR, VOCÊ TEM QUE TER UM AMOR MUITO GRANDE.

O medo de não conseguir educar a criança conforme os preceitos da família é apontado por especialistas como o principal motivo para que pretendentes ainda tenham preferência por bebês. “Os pais, de uma maneira geral, idealizam no filho aquilo que querem para eles ou tendem a projetar. Num bebê, você acha que tem mais chance de corresponder às suas expectativas. Muita gente também fala que, com um bebê, vai poder acompanhar desde o início, saber tudo o que está acontecendo com ele. E na adoção tardia não, a criança já vem ‘pronta’”, relata a psicóloga Marissol Melo, analista judiciária da 3ª Vara da Infância e Juventude do Fórum de Fortaleza (especializada em adoção).

Para a psicóloga Caroline Sousa, do Abrigo Tia Júlia, preconceitos e tabus ainda permeiam os processos de adoção. “O grande medo é de que elas [crianças] já tragam uma personalidade difícil. É mais um tabu porque os pretendentes não estão esclarecidos sobre o que é a adoção tardia, como ela pode dar certo. Uma criança de seis anos ainda não tem a personalidade formada; ela ainda está construindo. Até na adolescência ela ainda não está formada”, explica. Segundo Caroline, o medo é normal. E até necessário. “Tenha o medo, mas não tenha o preconceito. Sim, é possível adotar um adolescente, uma criança maior. Ele vai, sim, fazer parte dessa família. Claro que ela tem a bagagem histórica dela, mas vai conseguir entrar na dinâmica da família”, reforça.

Presidente do Grupo de Apoio a Adoção Acalanto, Karine Zaranza acredita que a falta de informação ainda impede a quebra dessas barreiras. “Existem medos como o de a criança não reconhecer [os pretendentes] como pai ou mãe. De que a

adaptação seja mais difícil ou de que a criança maior não consiga amar a família. Existe o medo também de que a família não ame. Mas a gente percebe que esse amor é construído e verdadeiro. Na adoção tardia, você sente o tempo inteiro que essas tentativas partem tanto do adulto quanto da criança”, destaca.

Prova viva de que é possível educar uma criança “grande” (ou três!), Ana inclui o medo da rebeldia como fator limitante à adoção tardia. “Mas essa rebeldia vai existir do biológico também. Letícia (a filha biológica) teve a época de rebeldia dela na adolescência”, diz. Para a contadora, ouvir a frase “você não é a minha mãe” também é um dos receios dos pais. Ela e Wallacy já ouviram isso de Cauã. Mas, com firmeza, superaram a situação. “Eu sabia que ele estava dizendo ali, que iria dizer e que pode vir a dizer novamente.

Vai acontecer um dia se tiver de acontecer, mas nós que somos os adultos. Nós que temos que estar preparados”, ensina. “Para adotar, você tem que ter um amor muito grande e uma determinação, uma firmeza muito grandes. Pode chocar às vezes, mas você tem que chegar olho no olho”, completa.

Essa lição o casal Priscilla e Igor Azevedo aprendeu logo nos primeiros dias de adaptação dos filhos lorrana, de nove anos, e Ítalo, de sete. Da chegada dos dois (em julho de 2015) à atual calmaria



Priscilla, Igor e os filhos, Ítalo e Lorrana

PAIS MAIS INFORMADOS, MAIS ADOÇÕES EFETIVADAS

APESAR DOS BEBÊS AINDA SEREM A PREFERÊNCIA ENTRE A MAIORIA DOS PRETENDENTES, DADOS DO CNJ APONTAM QUE O NÚMERO DE ADOÇÕES TARDIAS VEM CRESCENDO NO BRASIL.



563

2013



632

2014



715

2015

Em 2015, foram concretizadas 715 adoções tardias. O número é 83 a mais do que em 2014 e 152 a mais do que em 2013. Já em Fortaleza, esse total foi de 12 adoções tardias em 2014 (de 17 efetivadas); 22 em 2015 (de 37); e, até abril deste ano, dez adoções tardias das 27 concluídas.

Um dos motivos para o crescimento desses índices se deve ao próprio aumento de adoções no Estado, em grande parte proporcionado pela especialização da 3ª Vara da Infância e da Juventude de Fortaleza, que, desde junho de 2015, passou a tratar somente de processos referentes a adoção. Isso agilizou a conclusão dessas causas. Outro fator tem sido o trabalho de formiguinha realizado pela equipe multidisciplinar do Setor de Adoção do Fórum Clóvis Beviláqua e por grupos de apoio à adoção do Ceará.

Muita conversa e depoimentos de pessoas que já passaram pela adoção tardia têm

sido a principal arma de estímulo para que pretendentes ampliem o perfil e acolham a ideia de adotar crianças mais velhas. “A gente passa mais de uma hora conversando, explicando como vai ser o processo. Tenta explicar como vai funcionar a realidade. Muitos chegam com a criança idealizada. As pessoas querem ensinar tudo desde o começo, mas o começo é quando a criança está ali com ela. É o começo delas”, pontua Gabriella Costa, chefe do setor de cadastro do Fórum de Fortaleza.

Nessa força-tarefa, os grupos de apoio à adoção exercem um papel fundamental com orientação jurídica, atendimento psicológico, grupos terapêuticos e reuniões mensais de pais e pretendentes à adoção, que levam formação e troca de experiências. “Nesses três anos, tivemos bons resultados na ampliação de perfil. Alguns pais vieram com a ideia de adotar bebê e acabaram adotando um adolescente; outros ampliaram o perfil para irmãos”, comemora Karine Zaranza, do grupo de apoio à adoção Acalanto. Ela pondera, entretanto,

que há o cuidado de respeitar a vontade dos pais e avaliar se uma criança maior vai suprir a necessidade que eles têm de um filho. “Há pessoas que precisam segurar o bebê no colo, sonham com isso”, diz.

Foi exatamente esse suporte de informações que deu a Priscilla e Igor e a Ana e Wallacy a segurança de adotar crianças “mais velhas” sem medo de devolvê-las aos abrigos ou de não conseguirem fazer brotar na família o mesmo amor que nasceria no caso de um recém-nascido. “É vantajoso pra muita coisa ter a adoção tardia. O pessoal só vê as coisas ruins. Uma pessoa como eu, no ritmo de trabalho que eu tenho, ter um bebê seria difícil. Talvez fosse um e a gente não desse a assistência que a gente queria dar. E a eles três é totalmente diferente”, destaca Ana. “São crianças completamente normais: dão trabalho, dão alegria, fazem raiva. São crianças. São filhos. O amor é o mesmo.”

foram cinco meses de resistência das crianças aos pais, inclusive com episódios de agressão física. Disciplina, determinação e muito amor foram essenciais para conseguir superar essa fase. “Não foi fácil, mas é possível e maravilhoso. A doação tardia não é para todo mundo. É para quem quer ser mãe, para quem quer ser pai, não para quem está idealizando um filho. É como uma rosa: você tira várias pétalas até chegar na parte melhor, na mais cheirosa. As crianças chegam com uma demanda maior”, pontua Priscilla.

Além da aproximação afetiva, também foram suados os esforços para estimular os filhos cognitivamente e recuperar os três anos que passaram no abrigo. Até hoje, os dois são acompanhados por profissionais de fonoaudiologia e psicologia. “Ítalo não falava porque não tinha vocabulário e andava mancando por causa de feridas nos pés. Ele não reconhecia nem as letras. Hoje, ele está lendo tudo. A adaptação das crianças à escola nós só conseguimos porque fomos muito rígidos em casa”, orgulha-se, acrescentando que a primeira nota de matemática de Iorrana este ano foi um 10.

Tudo isso só deu a Priscilla mais uma certeza: “Ser mãe é trabalhoso e é maravilhoso. Eu nunca entendia essa matemática”, ri-se. “Sou a favor de que essas famílias se formem, de qualquer forma. Essas crianças precisam de uma família, seja na idade que for, mas você tem que estar muito consciente de que a responsabilidade é sua. Eu apoio a adoção, mas acho que o pretendente não pode idealizar um filho. Você tem que desconstruir para depois construir. Não existe a história de que criança mais velha não muda. Isso é mentira”, reflete a mãe.

AMOR À PRIMEIRA VISTA

No mundo da adoção, se diz que os pais não escolhem os filhos. São os filhos que escolhem os pais. No caso da professora e fisioterapeuta Ruth Sousa, ela escolheu Janaína e o destino (ou Deus, como a mãe prefere dizer) deu um jeito de Janaína também escolhê-la. Voluntária de abrigos há cerca de seis anos e participante do grupo Acalanto, Ruth não pensava em ter filhos, mesmo vez por outra se apegando a alguma criança. “Os medos faziam não ir me cadastrar. Medo de ficar presa, do futuro...”, confessa.

Ruth, Igor e a filha Janaína



“TUDO O QUE A GENTE NÃO CONSEGUIU PASSAR COM ELA QUANDO BEBÊ, A GENTE CONSEGUE PASSAR AGORA. NÃO PRECISA SER BEBÊ PARA VOCÊ APRESENTAR NOVIDADES, ENSINAR... MINHA FILHA TINHA QUE VIR PARA MIM NESTA IDADE.”

Os medos, entretanto, só duraram até ver uma foto de Janaína, então com quatro anos. “Eu vi e falei: ‘Gente, essa menina é minha filha’. Comecei a chorar, entrei em pânico. Levei a foto para casa, conversei com o meu marido e decidimos nos cadastrar.”

Em julho de 2014, o casal deu entrada no processo de habilitação e em setembro já estava na fila do cadastro de adoção. A partir do momento em que passou a ser pretendente a adoção, Ruth não pode mais continuar como voluntária nos abrigos. Passou a acompanhar, de longe, a trajetória de Janaína. Sabia que outros casais estavam indo visitá-la, mas nenhum dava certo. Do outro lado, ela e o esposo chegaram a ser vinculados a um garotinho, mas também não deu certo. “Quando a gente foi visitá-lo, eu travei. Era como se estivesse traindo a minha filha”, descreve. O casal, então, decidiu: ou seria Janaína ou ninguém. E limitou o perfil apenas à garota. Caso ela fosse adotada, eles desistiriam da fila.

Ainda na espera, Ruth recebeu a informação de que um casal teria sido vinculado a Janaína e o processo estava quase finalizado. Não deu certo mais uma vez e Janaína voltou para o abrigo. “Fiquei muito feliz por mim, mas também muito triste por ela. Porque não é fácil esse processo de devolução.”

Até que veio a ligação do Setor de Cadastro do Fórum. “Eu quase morro quando perguntaram se a gente queria conhecer a Janaína”, relembra. Entre o primeiro contato real e o sonho de tê-la em casa com a guarda provisória (realizado no último dia 22 de março), foram cinco meses de visitas, aproximações, conversas, cuidados... “No começo, ela ficava muito na dela, mas a gente foi conquistando. Eu comecei a cuidar de uma boneca bebê com ela: toda visita eu levava, dava banho, cuidava. Um dia, disse pra ela ficar com a boneca e ela me disse pra levar pra casa. Aquilo foi a

certeza de que ela sabia que eu iria voltar”, emociona-se.

Aos cinco anos e oito meses, Janaína ganhou um lar definitivo, depois de anos abrigada. Hoje com seis anos, ela tem testado os limites e o amor dos pais. O período de adaptação tem sido desafiador para Ruth, como é para todas as mães. Mas também é de certezas. “Tudo o que a gente não conseguiu passar com ela quando bebê, a gente consegue passar agora. Não precisa ser bebê para você apresentar novidades, ensinar... Minha filha tinha que vir para mim nessa idade.”

SERVIÇO

3ª Vara da Infância e da Juventude de Fortaleza

Telefones: 3278.2696 / 2405
E-mail: for.infjuv03@tjce.jus.br

Grupo de Apoio à Adoção Acalanto (Fortaleza)

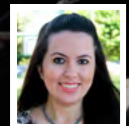
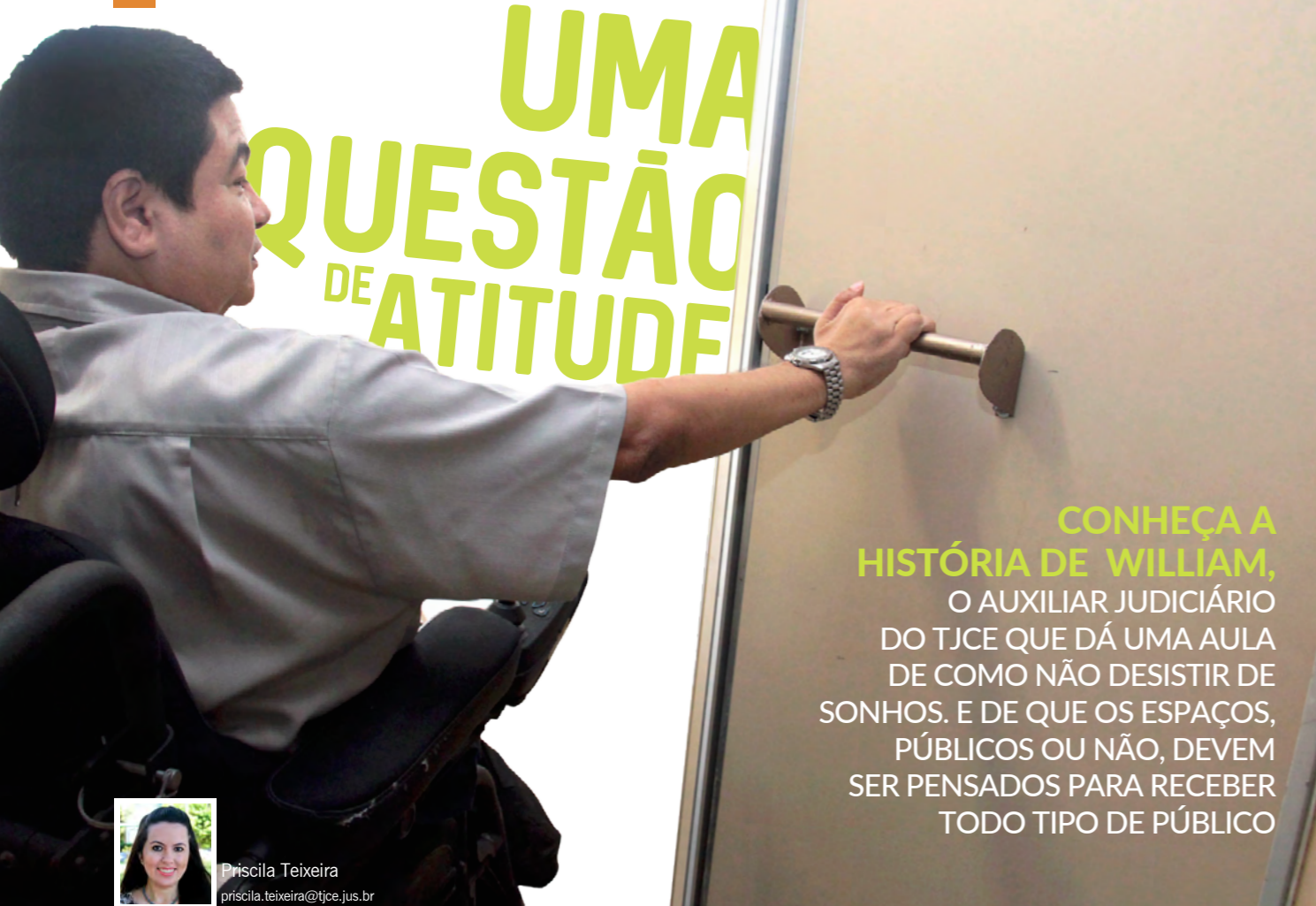
Telefones: 98900.1390/
98829.1749

E-mail: acalanto@acalantofortaleza.com.br

Facebook: www.facebook.com/Acalanto-Fortaleza

Grupo de apoio Rede Adotiva E-mail: redeadotiva@gmail.com

Facebook: www.facebook.com/RedeAdotiva



Priscila Teixeira
priscila.teixeira@tjce.jus.br

CONHEÇA A HISTÓRIA DE WILLIAM, O AUXILIAR JUDICIÁRIO DO TJCE QUE DÁ UMA AULA DE COMO NÃO DESISTIR DE SONHOS. E DE QUE OS ESPAÇOS, PÚBLICOS OU NÃO, DEVEM SER PENSADOS PARA RECEBER TODO TIPO DE PÚBLICO

A condição de deficiência faz de William Vasconcelos Gadelha um colecionador de desafios. Aos dois anos, o hoje auxiliar judiciário do TJCE foi diagnosticado com poliomielite. Vários tratamentos, cirurgias e prognósticos médicos depois, alcançou os 16 e percebeu: era chegada a hora de enfrentar a situação. “Eu sempre tive uma cabeça ótima. Um pouco de complexo, mas nada que eu não encarasse numa

boa”, lembra. Agora com 52 anos, ele mostra que a deficiência não o impediu de seguir adiante. E como nunca devemos tirar a inclusão de pauta.

Em 2002, William inscreveu-se no concurso público da Justiça Estadual. Três anos após, em 2005, ingressou no Tribunal de Justiça do Ceará. Depois de uma década de atuação na Folha de Pagamento, passou a integrar a Comissão de Adoção Internacional do Poder Judiciário, a Cejai, em 2016.

“Eu considero o Tribunal uma instituição que oferece boas condições para trabalhar”, afirma, ao destacar não apenas o acesso arquitetônico provido de rampas e elevadores, como o transporte responsável por sua condução diária.

No entanto, o funcionário público lembra que nem sempre foi assim. “Precisamos enviar ofício com solicitação para a construção de banheiros adaptados para que

“Me ajudou muito a possibilidade de ter uma carga horária reduzida. Isso me permitiu cuidar melhor da minha saúde, pois uma pessoa ficar muito tempo sobre uma cadeira de rodas na mesma posição causa prejuízos para a saúde.”



tivéssemos acesso a sanitários, porque antes os banheiros contavam apenas com mictórios”, relata. E cita outra conquista: “me ajudou muito a possibilidade de ter uma carga horária reduzida. Isso me permitiu cuidar melhor da minha saúde, pois uma pessoa ficar muito tempo sobre uma cadeira de rodas na mesma posição causa prejuízos para a saúde.”

Ele também comemora a função “extra” de quando é convidado a participar de reuniões junto à equipe de engenharia do TJCE. “Isso mostra a preocupação da gestão com a inclusão”, relata.

Segundo a doutora em Educação com foco na Educação Especial, Acessibilidade e Inclusão, Vanda Magalhães Leitão, as instituições não podem desrespeitar o direito básico das pessoas de ir e vir. A chave para o sucesso, de acordo com ela, é identificar as barreiras e buscar as possibilidades para superá-las.

Mas a professora lembra que acessibilidade não é apenas uma questão física espacial. É também uma questão tecnológica, comunicacional e linguística. “Precisamos quebrar a cultura do individualismo, aceitar essas pessoas e saber que elas têm direitos tanto quanto nós”, pondera Vanda, que também é responsável pela Secretaria de Acessibilidade UFC Inluc - da Universidade Federal do Ceará.

É por saber que nem sempre essa cultura do individualismo é quebrada que, nos dias de folga, William só arrisca frequentar cinemas, restaurantes e shows após alguma precaução. “Gosto sempre de ligar antes e me informar se vou ter uma situação confortável. Caso contrário, prefiro ficar em casa”, diz.

Ele possui cadeira elétrica, que o torna mais independente. Mas sabe que muitos espaços públicos precisam passar por um processo de aperfeiçoamento até incluírem pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (idosos, gestantes e crianças). Testemunha, entretanto, que muita coisa saiu do discurso e foi efetivada nos últimos anos.

A professora Vanda Magalhães Leitão alerta para a necessidade de aprofundarmos nossa essência humana e nos considerarmos inclusivos. “Entrar numa instituição não basta. É preciso que a gente incorpore os termos da Lei para as instituições serem realmente inclusivas”, diferencia a doutora em Educação com foco na Educação Especial, Acessibilidade e Inclusão.

Num retrospecto, William ensina como não devemos desistir. “Quando eu era pequeno, resolvi estudar em colégios porque só estudava em casa e não tinha como receber certificados. Tão logo eu terminei o ensino médio, minha mãe disse que só podia me ajudar até ali. Eu continuei e hoje sou graduado em Recursos Humanos e tenho pós em Administração Judiciária.”

E arremata: “eu tento não parar pra pensar no meu problema, no que não posso fazer ou nas minhas dificuldades. Estou sempre tentando viver bem a vida dentro das minhas possibilidades.”

VOCÊ SABIA?

No último concurso público para a Justiça Estadual, em 2014, foram aprovadas 15 pessoas com deficiência.

Além da acessibilidade arquitetônica, a acessibilidade comunicacional também já é realidade no Tribunal de Justiça. É que o novo portal na Internet foi desenvolvido com tecnologias para permitir que as pessoas em condição de deficiência possam ter acesso às suas funcionalidades.

Há ainda uma parceria mantida entre o Tribunal e a Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo (Apada) que, atualmente, emprega 55 pessoas surdas.

Elas contam com o auxílio de seis intérpretes e desempenham as funções de higienização ou digitalização de processos no Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza, e no Palácio da Justiça, sede do Tribunal.

SAIBA MAIS

A Lei Brasileira de Inclusão, também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, entrou em vigor em janeiro de 2016. No Ceará, são 2,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem discutido a conversão da Recomendação nº 27, de 16 de dezembro de 2009, que trata da promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência nos Tribunais, em Resolução.

O documento estabelece que os Tribunais adotem medidas para a remoção de barreiras físicas, arquitetônicas, de comunicação e atitudinais, de modo a promover o amplo e irrestrito acesso de pessoas com deficiência.

Além disso, conforme a Recomendação, os Tribunais devem instituir comissões de acessibilidade visando ao planejamento, elaboração e acompanhamento de projetos e metas direcionados à promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência.

QUANDO O BOM SENSO PREVALECE

O QUE ACONTECE NUMA SALA ONDE PARTES DE UMA DISPUTA TENTAM UM ACORDO? COMO O CONCILIADOR/MEDIADOR AGE PARA CONDUZIR-LAS A UM CENÁRIO QUE FAVOREÇA A TODOS? TUDO PODE ACONTECER TRANQUILAMENTE, MAS HÁ MOMENTOS DE TENSÃO. CONFIRA A NARRATIVA DE UMA TARDE NO FÓRUM DE FORTALEZA



Rodrigo França
rodrigo.gomes@tjce.jus.br

Para uma mesma tarde, duas audiências de mediação familiar estavam agendadas no Centro Judiciário de Solução e Conflitos e Cidadania (Cejusc) do Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza. As situações eram parecidas: marido e mulher divorciados em busca de uma solução para a convivência com o filho, ainda criança. Os relacionamentos, no entanto, eram opostos: amigável, no primeiro caso; e marcado por mágoas, rancores e ressentimentos, no segundo. Em ambas as situações, a mediação deveria ser tentada, pois os processos afetavam diretamente os filhos, cujos interesses são priorizados pela Justiça.

O primeiro caso era atípico. Ex-cônjuges, com bom relacionamento, eles haviam definido informalmente as regras de convivência com a filha: a criança moraria com o pai, responsável por todas as despesas, enquanto a mãe conviveria livremente com ela. As fases do procedimento foram naturalmente interligadas em adequação ao caso.

O pai abriu mão de expor suas razões porque eram as mesmas da mãe, que seria mais hábil em explicá-las. No relato, já estavam identificados interesses, questões e sentimentos envolvidos, sem a necessidade de mais esclarecimentos. A resolução da questão era “só” uma formalização do acordo. Assim, tudo fluiu tranquilamente e os interesses das partes foram integralmente atendidos.

Alívio e alegria para todos. E a mediação cumpriu o papel de auxiliar as partes a resolverem a disputa. Neste caso, ficaram contentes não só pais como os parentes que aguardavam ansiosos do lado de fora da sala. Em especial, chamou atenção da mediadora o sorriso estampado no rosto do irmão da menina toda vez que falava da garota.

A expressão revelou algo mais. Veio à tona, naquele momento, a intensidade do amor que cercava aquela criança. “Eu já dei os parabéns umas três vezes, mas é porque é muito bom a gente ver isso. Com certeza, essa criança é muito amada e vai continuar sendo pelo pai, pela mãe, pelo padastro, pela madrasta, pelos irmãos.... Ela só tem a ganhar e vocês também porque os frutos que poderão vir de toda essa união são os melhores possíveis”, enfatizou a mediadora da sessão, Maria das Graças Teixeira.



SAIBA MAIS

■ A mediação passou a ser obrigatória em algumas ações judiciais, segundo o Novo Código do Processo Civil e a Nova Lei da Mediação (Lei 13.134/2015)

■ Na audiência do caso em que os pais tinham convivência pacífica, ambas as partes tentaram entrar na sala de mediação acompanhadas por parentes. Mas foram orientadas pela mediadora de que não seria necessária a participação deles.

■ “Até nós, que estamos na mesa, não podemos interferir. E eu sou a mediadora dessa sessão. O que eu posso é facilitar o diálogo. Na mediação, não cabem outras pessoas além dos mediadores e comediadores, que são da casa e estão aqui trabalhando em conjunto. Não há necessidade de testemunhas nem haverá uma sentença porque nós não somos juízes”, explica a mediadora Maria das Graças Teixeira.

O INTERESSE DA CRIANÇA

Na segunda sessão daquele dia, a controvérsia já começou do lado de fora da sala de audiências. O pai, que buscava o direito de visitar o filho, compareceu acompanhado de um advogado. E a mãe, que reclamava da ausência e do apoio do ex-marido na criação do garoto, estava sozinha. Nervosa, sentia-se em desvantagem.

Mas tudo foi esclarecido. Da equipe do Cejusc, ela ouviu que a decisão não seria tomada pelo advogado e sim que a mediação ocorreria com igualdade de condições entre as partes. Ouviu ainda que ela tinha o direito de remarcar a audiência, caso julgasse necessário, para vir também acompanhada de um advogado. O entendimento é de que o operador do Direito possui um papel de importância ao transmitir segurança à parte durante o acordo.

Desta vez, ao contrário do caso dos ex-cônjuges que viviam em harmonia, as cinco fases do processo foram bem delineadas. A mediadora realizou a sessão de abertura e deu voz às partes, que, com expressões de discordância, tentavam interromper o depoimento um do outro constantemente, mas eram lembrados, educadamente pela mediadora, sobre as regras da mediação.

Com voz trêmula e chorando várias vezes, a mãe queixou-se do ex-marido (que teria interrompido as visitas quinzenais ao filho e deixado débitos em relação à escola da criança). Reclamou ainda do valor da pensão. E revelou não confiar na convivência do filho com a nova mulher do antigo companheiro. Já o pai alegou estarem regularizadas as situações da escola e da pensão e que o garoto era desestimulado pela mãe a acompanhá-lo nas visitas.

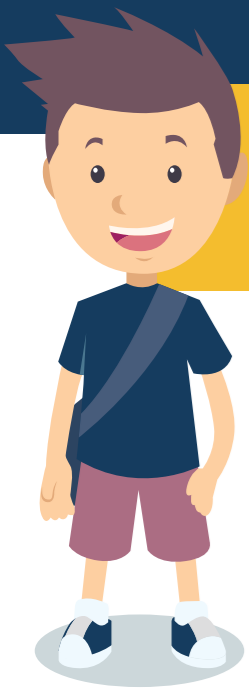
Após os relatos, a mediadora da sessão, Francisca Bezerra, defendeu a necessidade da convivência familiar.

“Nos envolvemos tanto em problemas do dia a dia que pensamos estar fazendo o melhor para a criança, mas às vezes não estamos. O filho não precisa só do pai e da mãe. Precisa do convívio com os avós, por exemplo. É o convívio com a família que é importante”, lembrou.

O advogado também teve oportunidade de fala. Ele tentou auxiliar as partes na resolução do conflito. “Por pior que seja o relacionamento de vocês dois, ele nunca vai deixar de ser o pai. Uma ação de regulamentação de visita demonstra uma boa intenção. Se existirem coisas passadas que envolvem o relacionamento de vocês, elas cabem a vocês. Isso aqui leva a uma cadeia muito grande de situações, não só a questão judicial. Não seria melhor a gente resolver aqui para que vocês parem essa briga?” propôs.

Coube à orientadora Mônica Sant’anna refletir com a mãe sobre a percepção que esta, como parte, tinha em relação à questão. “Caberá ao pai ter a paciência de reconquistar a confiança do filho. Você, como mãe, pode estar decepcionada com ele, como pai. Mas, para o filho, o pai é ótimo! Facilitando essa convivência ao máximo, você permitirá que, se o que está falando for verdade, o garoto decida. Do contrário, lá na frente, se ele não concordar com sua percepção, não ficará com raiva do pai, mas de você, que não o ajudou a conviver com o pai. Se for verdade tudo que você falou, não seria melhor deixar seu filho descobrir sozinho?”, sugeriu.

A mãe acabou concordando com o pai em relação às visitas. O contato entre pai e filho foi retomado. Para a mãe, inicialmente, o ex-marido não merecia esse direito. Após a mediação, entretanto, ela foi convencida de que, acima de tudo, o que estava sendo atendido ali era um direito bem maior: o da própria criança.



O DIREITO DA CRIANÇA EM PRIMEIRO LUGAR

Pelo fato de os processos afetarem diretamente os filhos dos dois casais, as causas foram remetidas ao Cejusc e as partes, convidadas a participarem de sessões de mediação. “Os casos de família são mais próprios para fazer mediação porque dão a oportunidade de abrímos o diálogo entre as partes; de tentarmos com que elas, mesmo que cheguem aqui sem se falar, saiam conversando. E, como há uma criança no meio, o ideal é que esse diálogo seja aberto sempre”, explica a mediadora Maria das Graças Teixeira.

Segundo a também mediadora Francisca Bezerra, a convivência amena entre as partes influencia no desenvolvimento psicológico da criança.

“O relacionamento dos pais pode não ter dado certo, mas o filho vai precisar deles para o resto da vida”, ressalta.

A mediação pode auxiliar em casos de separação envolvendo crianças porque, segundo o Manual de Mediação Judicial, produzido pelo Ministério da Justiça e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), esses são processos em que as partes são auxiliadas a chegarem a uma solução por agentes neutros ao conflito. Desta forma, elas compreendem melhor suas posições e encontram soluções compatíveis aos seus interesses e necessidades.

CONCILIAÇÃO

Visa o acordo e conciliador pode sugerir uma solução

O conciliador precisa ser neutro em relação à questão discutida

Mais apropriada para a área cível (dívidas bancárias, problemas de telefonia e compra de imóveis, por exemplo)

A sessão dura até 30 minutos

As partes vão às sessões acompanhadas de advogados

MEDIAÇÃO

Busca resolver o conflito mais profundo

O mediador precisa ser neutro em relação à questão discutida

É indicada em casos em que há convivência continuada entre as partes (casos de família, por exemplo)

A sessão dura, no máximo, duas horas

As partes geralmente não têm advogados e falam por si

AS 5 ETAPAS DA SESSÃO DE MEDIAÇÃO

1 SESSÃO DE ABERTURA

Antes de começar a audiência, mediador e comediador (que auxilia o mediador) posicionam-se numa mesa redonda. Eles dividem a sala com um digitador, que redige o termo de audiência, observadores (futuros mediadores em estágio ou estudantes de Direito) e orientador (mediador mais experiente que interfere se necessário e acompanha mediadores em estágio supervisionado, como foi o caso das audiências descritas na matéria). Seguindo a recomendação do CNJ, a sessão de abertura ocorre em até cinco minutos.

2 EXPOSIÇÃO DE RAZÕES PELAS PARTES

Pode ocorrer na mesa de mediação ou reservadamente. Nesse caso, o outro litigante sai momentaneamente da sala.

3 IDENTIFICAÇÃO DE QUESTÕES, INTERESSES E SENTIMENTOS

4 ESCLARECIMENTOS SOBRE ESTES PONTOS

5 RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES

O final ocorre com a redação do termo de audiência, com ou sem acordo. Após assinado pelas partes, o documento é encaminhado para ser homologado por um juiz.

Como ser MEDIADOR OU CONCILIADOR

O Tribunal de Justiça do Ceará regulamentou a atuação de mediadores e conciliadores através de portaria. Esses profissionais devem ser capacitados em curso próprio, ministrado pelo Núcleo Permanente de Métodos

Consensuais de Solução de Conflitos ou entidade habilitada. O mediador também deve ser graduado há pelo menos dois anos em curso de ensino superior, em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação.

Além disso, é necessário estágio supervisionado. A capacitação exigirá do aluno a realização obrigatória

de 15 sessões para cada atividade. Após alcançar esse número, ele deverá participar de outras sessões complementares, de acordo com sua área de interesse.

Para conciliador, o estagiário deverá atuar em três audiências como observador, em cinco como co-conciliador e em sete como conciliador. Para

mediador, deverá atuar em três sessões como observador, em seis como comediador e em outras seis como mediador.

Quanto ao perfil psicológico, o supervisor no Cejusc, Helder Assunção, destaca as necessidades destes profissionais serem corteses, educados e de saberem transmitir às partes que elas são capazes de resolver seus próprios problemas. O Manual de Mediação Judicial ressalta ainda a condição de ter “conhecimento técnico para o bom desenvolvimento do processo.”

Interior

Karine Wanessa
Jornalista
karine.sousa@tjce.jus.br



MELHORES PRÁTICAS I

“Execução eficiente de medidas socioeducativas em meio aberto”. Esse foi o nome do projeto vencedor do prêmio Melhores Práticas de Gestão 2015, promovido pela Secretaria de Planejamento do TJCE. A iniciativa é coordenada pelo juiz Augusto César de Luna Cordeiro, titular da 2ª Vara Cível de Maracanaú, e tem por objetivo evitar a reincidência de atos infracionais. O acompanhamento dos jovens é feito por meio de audiências periódicas em parceria com o Município (que fornece psicólogos e assistentes sociais), além do Ministério Público e da Defensoria.



Juiz acompanha situação dos jovens durante audiências

MELHORES PRÁTICAS II

Pensando em promover maior democratização do acesso à Justiça, a juíza Samara Cabral teve uma ideia que serve como bom exemplo. Quando estava na Comarca de Itapipoca (147 quilômetros de Fortaleza), a magistrada participava de programa de rádio local para discutir temas atuais do Direito e de interesse da comunidade. O projeto, intitulado “Dialogando com o Judiciário: maior aproximação com a população”, foi o terceiro colocado no prêmio Melhores Práticas 2015. Atualmente, a magistrada atua em Juazeiro do Norte.

EXPANSÃO

Em março deste ano, o Órgão Especial do TJCE aprovou resolução que institui a realização de audiências de custódia também nas comarcas do Interior. Agora, vale para todo o Estado a garantia da rápida apresentação do preso a um juiz nos casos de prisões em flagrante. Em Fortaleza, uma vara especializada na realização de audiências de custódia existe desde agosto de 2015.

A CADA DIA MAIS ENCORAJADAS

Prestes a completar uma década em vigor, a lei mais importante de proteção à integridade física da mulher tem mostrado às vítimas de violência doméstica a necessidade de não desistir do processo que pode salvar a sua própria vida



Ana Carolina de Palhano
ana.pinto@tjce.jus.br

“Se não tivesse a Lei da Maria da Penha, eu não teria tido coragem de denunciar porque não saberia se a minha denúncia iria dar em alguma coisa”. O relato é de uma jovem de apenas 16 anos que apanhava do pai e teve coragem de denunciar. Desde que a Lei Maria da Penha foi criada, em 7 de agosto de 2006, estes relatos têm se tornado cada vez mais constantes.

Para a titular do Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Fortaleza, juíza Rosa Mendonça, a mulher tem se sentido mais encorajada em virtude da publicidade dada em torno da lei, seja pela imprensa ou pelos órgãos que protegem essa mulher agredida. “Toda essa divulgação é muito importante. A lei hoje é destaque de pronunciamentos religiosos, no Senado e nos mais diversos encontros entre a sociedade. Isso tudo faz com que a mulher se sinta menos ameaçada. O crime sai de dentro de casa, sai de quatro paredes e toma o domínio público. A violência é muito democrática; ela atinge o mundo todo, independente de religião, cor da pele ou classe social”, destaca a magistrada.

A garota de apenas 16 anos sabe bem disso. Era agredida pelo próprio pai desde os seis anos. No último dia 1º de abril, no entanto, tomou coragem e fugiu de casa. Mas qual lugar seria seguro para uma adolescente vítima de violência doméstica? No pensamento dela, só a escola em que estudava. Com a ajuda da melhor amiga, conseguiu dizer o que havia passado ao longo dos anos para a diretora do colégio.



Eu sofri muito desde pequena. Não aguentava mais! Vivia toda roxa. Meu pai me batia com tudo que visse pela frente. Apanhei muitas vezes de pau de vassoura sem nem saber o que tinha feito de errado”, lembra a menina. Ela, então, foi encaminhada para fazer exame de corpo delito na Perícia Forense (Pefoce) e o agressor, preso em flagrante. Desde então, ela mora com os avós maternos e a mãe parou de falar com a filha e com o próprio pai.

A primeira audiência do caso ocorreu no dia 19 de abril, duas semanas após a denúncia, no Juizado da Violência Contra a Mulher. A princípio, a adolescente queria uma medida protetiva por medo de sofrer novas agressões. Mas ao ser informada pela juíza Rosa Mendonça de que isso a impediria de visitar os quatro irmãos na casa da sua mãe, a menina caiu em lágrimas.

Foi, então, quando a magistrada decidiu dar encaminhamento psicológico ao caso. Rosa Mendonça

percebeu que a adolescente não tinha condições de tomar uma decisão como aquela, de ficar separada dos irmãos, depois de tudo o que havia sofrido. Um nova audiência será marcada.

A magistrada ressalta a importância de a vítima não desistir do processo, mesmo em casos de mulheres que, após a agressão, voltam para os maridos/companheiros. “É importante continuar, ir até o fim. Porque, assim, cada vez mais as pessoas vão se conscientizar de que a violência contra mulher é uma coisa séria. As pessoas precisam acordar. Entender que todo mundo tem responsabilidade, não só a Justiça ou a Polícia. É um problema da sociedade, um problema que todo nós somos responsáveis. Qualquer pessoa que veja o crime, que veja uma mulher sendo agredida, qualquer que seja a agressão, deve denunciar. Porque conflitos todos nós temos e eles não devem ser resolvidos por meio da violência”, frisa Rosa Mendonça.



“**A violência** é muito democrática; ela **atinge o mundo todo**, independente de religião, cor da pele ou classe social

Juíza Rosa Mendonça

UM PROCESSO ACESSÍVEL A T O D O S



A cópia do processo que serviu de base para a criação da Lei da Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) está agora disponível para consulta pública. A abertura dos autos foi feita em 8 de março, como parte das comemorações aos dez anos de vigência da norma. "É muito especial para mim a partir de agora ter esse processo, que faz parte da minha história de vida, disponível para todos", resumiu a farmacêutica Maria da Penha.

Para a desembargadora Sérgia Miranda, presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJCE à época da abertura dos autos, o processo de Penha tem uma relevância histórica imensurável. "A digitalização e a exposição ao público do processo atende à necessidade de preservação do emblemático conteúdo jurídico, além de conferir visibilidade à memória funcional e processual do Judiciário Cearense e difundir a história de uma mulher cearense que impactou gerações."

A solenidade de entrega do processo fez parte das atividades da IV edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa, que ocorreu entre os dias 7 e 11 de março e tem como objetivo priorizar o julgamento de processos envolvendo crimes de violência doméstica contra a mulher.

A mobilização "Justiça pela Paz em Casa" é de iniciativa do Supremo Tribunal Federal (STF) e conta com a participação de todos os tribunais de Justiça brasileiro, sendo, segundo a desembargadora Sérgia Miranda, "um importante momento de coesão do Judiciário nacional nesta luta pela igualdade de gênero."

Ainda de acordo com a desembargadora, na última edição, em março de 2016, foram realizados 833 procedimentos judiciais, sendo 298 audiências, 219 sentenças proferidas e 316 despachos nos processos de violência contra a mulher. "A campanha em si reforçou na sociedade a compreensão de que as políticas de pacificação social devem começar em casa, no lar. Também contribuiu para garantir às mulheres e aos menores envolvidos solução célere aos casos, além de conscientizar e informar à sociedade de forma geral", conclui a magistrada.

MOBILIZAÇÃO > CIDADANIA

TJCE CONTRA A CRISE

Como o Tribunal de Justiça do Ceará tem atuado para superar a difícil situação econômica que afeta o Brasil sem deixar de atuar em prol da sociedade



Rebeca Nolêto
rebeca.noleto@tjce.jus.br.br

Encerrar a gestão com o orçamento equilibrado e retomar a capacidade de investimentos. Esse é o objetivo da administração da presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargadora Iracema Vale, até janeiro de 2017. Para isso, diversas medidas vêm sendo implementadas desde o ano passado, quando a magistrada assumiu a chefia do Judiciário.

O foco é adequar o TJCE ao novo cenário econômico brasileiro sem comprometer o papel social do sistema de Justiça. Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) exige uma gestão planejada. Isso corrige desvios no equilíbrio das contas públicas. Com as medidas adotadas pela Presidência, a disparidade entre receitas e despesas está sendo superada, prevenindo riscos de desobediência aos limites e condições legais.

"O equilíbrio financeiro é muito importante para prestarmos um serviço adequado. O que buscamos é fazer com que a máquina rode dentro da capacidade financeira, com a perspectiva de a redução de despesas ser um esforço contínuo", explica o secretário de Finanças, Alex Araújo.

As principais ações desenvolvidas envolveram a revisão de contratos imprescindíveis e a rescisão de contratos dispensáveis. Em maio de 2015, por exemplo, após o encerramento do contrato de locação de impressoras, a Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) do Tribunal revisou a demanda e reduziu o número de máquinas de toda a Justiça Estadual.

O secretário Luciano Comin afirma que o fim do contrato proporcionou a reformulação do serviço e a redução de custos. "Aproveitamos o momento para promover o redimensionamento e a modernização da tecnologia sem prejudicar os fluxos de trabalho", explica. Uma economia de R\$ 3,2 milhões para o TJCE.

Também foram executados procedimentos no serviço de telefonia fixa e móvel dentro no Tribunal, no Fórum Clóvis Beviláqua e na Escola Superior de Magistratura (Esmec). A busca foi por um maior controle dos gastos com ligações a partir de reprogramações e limitação de aparelhos celulares para um melhor gerenciamento do sistema de telefonia.

Já na Esmec, a tecnologia "VoiceNet" foi adotada para substituir centrais telefônicas físicas por centrais virtuais. O serviço gera economia anual de R\$ 84 mil. O serviço deve ser implementado nas Turmas Recursais, em Maracanaú, Caucaia, Juazeiro do Norte e Sobral, podendo gerar uma economia anual de cerca de R\$ 600 mil.

Titular da Seinfra, Moisés Costa explica que existe também um projeto em estudo para a implantação da ligação por quatro dígitos (ligação ramal-ramal) entre a Capital e o Interior, a exemplo do que já ocorre entre a sede do TJCE e o Fórum Clóvis Beviláqua. "Isso irá possibilitar redução de custo porque esse tipo de ligação tem uma tarifa menor", explica.

3,5

milhões economizados na **concessão de férias aos terceirizados** no recesso forense

3,2

milhões poupados só com a **redução do número de impressoras**

3

milhões economizados **por ano com Internet** fruto de leilão com o Estado

O Tribunal de Justiça também tem negociado com os fornecedores de serviços, como a empresa que viabiliza o transporte de servidores e os Correios. No contrato com a empresa de ônibus, o pacto foi alterado para não haver repasse da inflação para os contratos, evitando aumento nos custos.

Já no acordo com os Correios, o uso de Sedex foi reduzido. Ficou restrito a casos de extrema necessidade. Desembargadores, juizes, servidores, terceirizados e estagiários têm sido incentivados a utilizar mecanismos internos e eletrônicos. Isso implicará em economia de papel e otimização do serviço, além de gerar uma economia de R\$ 900 mil por ano.

No primeiro semestre de 2015, o TJCE reduziu a frota de carros alugados. Vinte e nove veículos foram devolvidos à empresa de origem, fazendo com que, por ano, o Tribunal economize R\$ 1,5 milhão. No segundo semestre do mesmo ano, os custos com o transporte institucional dos desembargadores foram reduzidos. Por meio de nova licitação, as despesas caíram em R\$ 1,1 milhão.

Alguns contratos de serviços precisaram ser rescindidos. É o caso das ambulâncias que prestavam serviços no TJCE e no Fórum Clóvis Beviláqua. Os contratos foram cancelados e os equipamentos estão sendo substituídos pela contratação de profissionais plantonistas.

MAIS AÇÕES

SOMENTE O ESSENCIAL

Além das mudanças contratuais, foram suspensas obras, reformas e serviços de engenharia que não fossem imprescindíveis ou decorrentes de lei. O mesmo vale para a aquisição de bens permanentes, mobiliários e equipamentos, inclusive de Tecnologia da Informação, assim como de material de consumo não essencial ao funcionamento do Judiciário. Os investimentos em estrutura física foram os que passaram por maior redução devido a situação econômica nacional. "Deixamos de fazer projetos como a reforma do Fórum de Santa Quitéria. Tínhamos a previsão de construir cinco fóruns no Interior, mas a restrição financeira colocou esses projetos em stand by", explica Moisés Costa, da Seinfra. Contratos com empresas terceirizadas de serviços também foram reanalisados. Promover férias coletivas para servidores terceirizados no mesmo período em que ocorre o recesso forense gerou, em 2015, uma economia de R\$ 3,5 milhões. Um possível porque, com as férias gerais, não houve necessidade de substituição de funcionários.

PROJETOS FUTUROS

De acordo com o secretário Alex Araújo, o Tribunal precisa retomar os investimentos em treinamento dos gestores e servidores. "Este ano, nós iniciamos treinamento geral de liderança. Quanto mais nossas equipes estiverem alinhadas com os processos internos, mais produtivos nós seremos." Na área de Tecnologia da Informação, o TJCE já conseguiu retomar alguns investimentos e pretende iniciar, ainda em 2016, a virtualização de processos novos das comarcas interioranas. O TJCE também acompanha tanto as licitações do Estado quanto suas próprias, em busca de soluções econômicas. "Nós fizemos uma adesão em uma licitação feita pelo Executivo que irá reduzir nossas despesas de Internet", explica o Alex Araújo. A economia será de R\$ 3 milhões/ano. Outra aposta é o reaproveitamento de água dos lençóis freáticos do terreno do Fórum Clóvis Beviláqua. A captação dessas águas seria canalizada para alimentar o sistema de ar condicionado do prédio. "Não temos um valor de previsão de redução de custos, mas é um trabalho que já está sendo desenvolvido. Lá, quando chove, o lençol freático é tão raso que a água transborda e nós queremos desviá-la e aproveitá-la", conta Moisés Costa.

1,1

milhão poupado com uma **nova licitação para carros** dos desembargadores

1,5

milhão economizado com a **redução da frota de carros** alugados

GERAÇÃO RECEITA

Nem só a economia ou o corte de custos irá equilibrar o orçamento e tornar possível a realização de investimentos no Judiciário. É preciso também haver geração de receita. Os contratos que geram renda à Justiça cearense também foram revistos e, além disso, algumas medidas foram tomadas, como o desenvolvimento de ações de melhorias dos mecanismos de controle das atividades dos cartórios e a revisão dos valores das custas processuais.

A mudança na tabela de custas, por exemplo, permitirá ao TJCE arrecadar em 2016 cerca de R\$ 90 milhões com taxas judiciárias. Elas somaram R\$ 30,8 milhões em 2014. Esse aumento de R\$ 60 milhões replicará no Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Ceará, o Fermoju, que é a única fonte de receita do Judiciário na qual o Tribunal pode interferir para retomar sua capacidade de investimento e ampliação de serviços.

DESAFIO

Com a economia efetiva conquistada até agora, o Tribunal de Justiça já conseguiu pagar mais da metade de despesas pendentes de gestões anteriores. A ideia é que até o final de junho o déficit existente esteja quitado, equilibrando a economia do Judiciário Estadual.

De acordo com o secretário Alex Araújo, "hoje estamos equilibrando as finanças, mas equilibramos apenas fazendo a manutenção". "É importante que tenha investimentos porque os desafios de produtividade que nós temos, de qualidade de atendimento são muito grandes, e tanto a tecnologia quanto a infraestrutura ficam defasadas muito rapidamente. Esses novos investimentos é o que irão manter o Tribunal atuante, pronto para prestar um bom serviço ao cidadão."

No Fórum

Naara Vale
Jornalista
naara.pereira@tjce.jus.br



JUSTIÇA NO CÁRCERE

Em mais uma edição do projeto "Ação Concentrada: Justiça no Cárcere", realizada de 10 a 12 de maio, as 2ª e 3ª Varas de Execuções Penais de Fortaleza atenderam a 739 presos que cumprem pena no Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira II (IPPOO II), em Itaitinga, Região Metropolitana de Fortaleza. Na ação, foram concedidos 382 benefícios. Para a juíza titular da 2ª VEP, Luciana Teixeira, atualmente juíza-auxiliar da Vice-Presidência do TJCE, o balanço foi positivo. "A gente pode dizer que regularizou os processos, reconheceu direitos já alcançados e promoveu a aproximação do Judiciário da população carcerária", comemorou.

PARABÉNS, MADALENA!

A coluna No Fórum parabeniza a servidora Maria Madalena Marques Andrade, lotada na Secretaria Judiciária Única das Varas da Fazenda Pública, pelos 40 anos de dedicação ao Poder Judiciário. No último dia 11 de maio, ela foi homenageada no auditório Agenor Studart pelo diretor do Fórum e por colegas de trabalho. Além de elogio funcional, recebeu uma placa que enaltece sua ética, dedicação e comprometimento no serviço público. Madalena ingressou, por concurso, no Fórum em 1976, no cargo de "Escrevente do Crime TJ6 da Diretoria". De lá para cá, atuou em varas criminais, da Fazenda Pública e há dois anos está na Secretaria das Varas da Fazenda Pública.

FARMÁCIA DO JUDICIÁRIO

A Diretoria do Fórum e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE) estão acertando os últimos detalhes para a replantação da Farmácia da Caixa de Assistência dos Advogados do Ceará (CAACE) dentro do Fórum de Fortaleza. A expectativa é de que o estabelecimento já comece a funcionar em junho, nas proximidades das agências bancárias. Além de advogados, servidores do Judiciário e magistrados também terão descontos nos medicamentos.

UM PAI POR DIREITO

O Mutirão do Pai Presente foi um momento de reconstrução de histórias. Uma busca por direitos. Mas também por amor



Camilla Carneiro
camilla.araujo@tjce.jus.br

Ter o nome do pai na certidão de nascimento pode ser um direito lógico para muitos. Não para pelo menos 11 mil alunos da rede pública municipal de ensino de Fortaleza, segundo a Secretaria da Educação. Objetivando reduzir esse quantitativo, o Judiciário cearense realizou o I Mutirão do Pai Presente, programa da Corregedoria Nacional de Justiça que já beneficiou mais de seis mil pessoas no Ceará desde 2010, quando foi lançado.

De 16 a 27 de maio, mães e filhos em busca do reconhecimento de paternidade na certidão de nascimento dirigiram-se ao Fórum Clóvis Beviláqua, na Capital. Munidos da documentação da mãe (no caso de menores de 18 anos), da certidão do filho, e dos dados do suposto pai (nome e endereço), mais de 300 pessoas buscaram ajuda para garantir direitos.

Porque é isso que significa a força-tarefa: a busca por um direito fundamental. “O reconhecimento voluntário da paternidade ultrapassa o simples ato registral. Significa o fortalecimento da instituição familiar e também assume um relevante papel no desenvolvimento e na formação das crianças e adolescentes”, explica coordenadora do “Pai Presente” no Ceará e juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça do Estado, Roberta Ponte.

Para realizar o mutirão, a Corregedoria uniu forças com as Varas de Registros Públicos de Fortaleza, com a Defensoria Pública Geral e com a Faculdade Devry Fanor. Foram os alunos de Direito da instituição, aliás, que se responsabilizaram pelo atendimento ao público. Além do contato com uma diversidade muito grande de matérias de Direito de Família, a diretora do curso, Márcia Sucupira, acredita que o maior ganho dos jovens foi humano. “A gente não consegue ter uma boa

formação jurídica sem uma formação humana. Eu acho que a maior responsabilidade que se tem como profissional de Direito, hoje, é a ética.”

E histórias para o engrandecimento humano não faltaram nas duas semanas de mutirão. Enredos como o de Nágyla Lima. Acompanhada da filha recém-nascida, ela foi em busca do reconhecimento de paternidade do filho mais velho, de sete anos. Acontece que o pai da criança faleceu. “Logo que ele nasceu, eu fui presa. Depois que saí, mataram o pai dele e ele ficou sem o registro”, recorda.

2000

Cartas foram enviadas para mães cujos filhos não possuíam nome do pai na certidão.



UM SEGUNDO MOMENTO

Depois do atendimento, Nágyla foi encaminhada à Defensoria. Terá que procurar o reconhecimento de paternidade por meio da família do suposto pai. Se necessário, deve realizar exame de DNA com a suposta avó da criança. Tudo isso acontecerá num segundo momento do mutirão, que acontecerá de 18 a 29 de julho. Nesse período, os pais (ou a família) serão notificados, inclusive os parentes do suposto pai do filho de Nágyla.

A primeira etapa da mobilização resultou em 197 audiências de conciliação agendadas para a fase seguinte. Todos serão convidados a participar de uma audiência para reconhecimento de paternidade. O pai (ou a família) tem a opção de reconhecer, de condicionar o reconhecimento à realização de exame de DNA, que será feito no próprio local pelo Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará (Lacen), ou se negar a reconhecer o filho.

A juíza Roberta Ponte lembra que o mutirão tem foco no reconhecimento voluntário. “No caso de não reconhecimento do filho, nós encaminhamos o processo para a Defensoria ou Ministério Público a pedido da mãe para que ajuízem ação de investigação de paternidade, se houver elementos necessários”. Todo esse processo é gratuito.

80

Estudantes de Direito da Fanor participaram voluntariamente do mutirão. Eles receberam as documentações, avaliaram e direcionaram os casos para a execução dos pedidos, que eram feitos pelas Varas de Registros Públicos.

87

reconhecimentos voluntários de paternidade foram feitos no mutirão.

197

audiências de conciliação foram marcadas no mutirão.

300

Atendimentos foram realizados no I Mutirão do Pai Presente.

DIREITOS & GANHOS

O “Pai Presente” garante não apenas que crianças e jovens tenham seus direitos assegurados por lei, como herança e pensão, mas permite também um ganho social e afetivo. “Eu acredito no êxito desse projeto tanto pelo cunho social quanto pelo teor de cidadania que ele possui. A figura paterna tem extrema importância”, resume o desembargador Francisco Lincoln, corregedor geral da Justiça do Ceará.

O mutirão foi direcionado a quem buscava o reconhecimento voluntário. Mas, como incentivo, Judiciário e Prefeitura enviaram às mães de alunos matriculados em escolas da Regional VI que não possuíam o nome do pai na certidão uma carta convite para tentar regularizar a identificação. A região tem maior contingente populacional de Fortaleza.

Alderina de Araújo foi uma das que recebeu a carta por meio da escola onde estuda o filho do meio, mas buscou o mutirão para garantir o reconhecimento da paternidade da filha mais velha, de 11 anos. “Me disseram para procurar a Defensoria, para buscar os direitos dela. Ter o nome do pai é importante.”

A Defensoria, aliás, desempenhou um papel importante. Para o defensor público Daniel Leão, além do acesso à Justiça aos cidadãos que não têm condições de constituir advogados, o Órgão desempenha a possibilidade da resolução de eventuais litígios ou conflitos também de formas alternativas. “Sistema de Justiça perfeito é aquele que garante aos cidadãos uma efetivação de direitos. Esse tipo de mutirão visa quebrar várias arestas, inclusive tornar os instrumentos do Judiciário mais acessíveis ao cidadão carente”, finaliza.

Quem não participou, não precisa esperar que uma segunda edição aconteça. Segundo a juíza Roberta Ponte, o pedido de reconhecimento voluntário da paternidade pode ser feito a qualquer tempo tanto no Fórum como perante ao cartório de Registro Civil.

De acordo com o desembargador Francisco Lincoln, o trabalho não para aqui. “Queremos atingir um número maior de pessoas sem o nome do pai na

certidão de nascimento e, com isso, garantir o direito à paternidade. Com esse mutirão, nós abrimos as portas do Judiciário para o pai que quer reconhecer o filho de forma voluntária sem transtornos, sem conflitos e conscientes da importância da criança ou do jovem ter o nome do genitor nos documentos.”

Sem conflitos foi exatamente como aconteceu com Liliane Farias. Há sete anos, ela teve um filho que acabou sendo registrado somente com o seu nome. Hoje, o casal está junto novamente e foi ao Fórum finalmente registrar o filho. “Foi tudo muito rápido. Agora é só ir ao cartório e ele vai poder ter o nome do pai”, comemorou.



O reconhecimento voluntário da paternidade ultrapassa o simples ato registral. Significa o fortalecimento da instituição familiar e também assume um relevante papel no desenvolvimento e na formação das crianças e adolescentes

Roberta Ponte
Juíza coordenadora do Pai Presente



PAIS EM BUSCA DOS FILHOS



Não foram só filhos e mães que buscaram o reconhecimento dos pais. No Fórum, foi possível encontrar os próprios pais indo em busca de ter o seu nome na certidão do filho.

Quando a iniciativa parte do pai, tudo é mais rápido e simples. Após recebida e avaliada toda a documentação, o termo de reconhecimento de paternidade é lavrado e encaminhado ao cartório onde o filho foi registrado na primeira vez. As próprias Varas de Registro Público encaminham para os cartórios, mas uma cópia também é entregue aos pais para dirigirem-se ao local e efetivarem as mudanças.

Assim foi com Francisco Brito. Ele foi direto ao Fórum durante o mutirão para registrar o nome na certidão da filha de 17 anos. “Eu já tinha ido ao cartório três vezes e eles me informavam que tinha que vir à Justiça. Esse mutirão veio numa boa hora, porque minha filha já vai fazer 18 anos e não tinha o nome do pai registrado.”

E não ficou só em Francisco. A força-tarefa deu o incentivo que faltava para 87 reconhecimentos voluntários de paternidade. Foram 87 pais que buscaram os filhos. Ou atenderam seus pedidos, como fez Filipe para Rômulo.

Rômulo procurou o pai. Já com 19 anos, o jovem mora em Brasília e aproveitou uma viagem a Fortaleza para acrescentar o nome de Filipe Alves, seu pai, na documentação. “Não registrei antes porque a mãe dele morava em Sobral e foi embora pra Brasília antes que eu pudesse registrar. Não tive oportunidade”, explicou Filipe.

Ele prontamente atendeu ao pedido do filho. E foi acompanhado da atual esposa e do filho mais novo, de sete anos. Aliás, foi ela quem incentivou o marido, quando soube do mutirão. A alegria foi compartilhada por toda a família. “Estava há 16 anos sem vê-lo. É bom reconhecer os filhos. Só assim tenho eles mais próximos de mim.”



ARTE SANATO HISTÓRIA e TURISMO

Um único lugar no Centro de Fortaleza reúne várias riquezas do nosso Estado. Mas se engana quem pensa nele como um lugar frequentado apenas por turistas. Seja você cearense ou não, vale a pena conferir

Thyiana Costa
thyiana.costa@tjce.jus.br





Da renda à castanha de caju, o Centro de Turismo do Ceará (a antiga Emcetur) oferece, além da diversidade de produtos da terra, um prédio rico em história a quem o frequenta. Lá, turistas e fortalezenses buscam de tudo: querem artigos de decoração, aquela deliciosa castanha ou algo para vestir.

Por ano, o lugar recebe cerca de 15 mil pessoas. Gente que procura levar um pouco do Ceará para casa. Ao todo, 105 compartimentos são hoje lojas no que antes eram celas. É que séculos atrás o edifício já foi uma cadeia pública. A primeira de Fortaleza. E, ainda hoje, toda a estrutura está preservada.

Quem vai ao Centro de Turismo encontra rendas, brinquedos em madeira, roupas, cordéis, castanha de caju, doces, cachaças, cajuína, licores... Tem produto de tudo que é preço. É possível achar peças até de R\$ 0,50!



Fabiana Araújo vende produtos que variam de R\$ 35 a R\$ 1.200. Ela destaca que “quando o trabalho é manual, o custo é um pouco mais alto, devido ser artesanal; mas que quando é industrializado é mais barato”. Segundo ela, o público que frequenta o espaço é variado. Mas há muita gente de Fortaleza. Quem é de fora, no entanto, “vem atrás dos artigos da terra, que são manuais.”

A aposentada Lozide Leite mora em Fortaleza, mas vai o Centro de Turismo há muito tempo. “Venho sempre que posso para comprar alguma peça pra casa ou até mesmo pra uso pessoal”, revela. E completa: “considero uma segunda casa.”





Também de Fortaleza, a dona de casa Lúcia Helal frequenta a antiga Emcetur porque encontra lá tudo o que precisa e, conforme garante, com um preço bom. "Sempre compro algo para mim ou para levar de presente para alguns parentes que moram em outra cidade quando vou visitá-los. Eles adoram as castanhas", ensina.

O presidente da Associação dos Lojistas do Centro de Turismo, Luiz Carlos Bezerra, chegou ao local com dez anos de idade, quando a mãe dele tornou-se a primeira lojista do espaço. Hoje, Luiz mantém uma loja cujos itens mais procurados são artesanatos, produtos de cama e mesa, chapéus e linhagens. "Os turistas ficam encantados com tudo", resume, ao fazer uma demografia exata do lugar: vem gente de todo o mundo, mas quem mais frequenta a antiga Emcetur mesmo são os paulistas.

VOCAÇÃO

Além das compras, o Centro dispõe ainda de um restaurante e de uma casa de sucos. Natural de São Paulo, Melissa Gama saiu do local bem impressionada para uma primeira visita. Descreveu o lugar como "maravilhoso e com bastantes opções". "Estou comprando lembrancinha para a família toda", admitiu.

Responsável pelo espaço, a Secretaria Estadual do Turismo (Setur) informa que a última reforma na antiga Emcetur foi concluída em 2010. A obra durou dois anos e teve investimento de R\$ 1,9 milhão.

A Setur classifica o turismo como "uma das principais vocações do Ceará, representando aproximadamente 11% do PIB (Produto Interno Bruto) do Estado". Anualmente, cerca de 3,3 milhões de pessoas visitam o Ceará. "Para dar continuidade a essa atividade, é preciso ter atrativos como o Centro de Turismo do Ceará, que oferece um espaço agradável e seguro", enaltece a Secretaria em nota.

Em 31 de março deste ano, o Centro de Turismo do Ceará completou 43 anos de existência. Na opinião de Luiz Carlos, os fortalezenses deveriam voltar a frequentar mais os Centros (da cidade e de Turismo). "Para quem gosta de bons produtos e preço bom, o melhor lugar é aqui", assegura.

NOS TEMPOS DA CADEIA PÚBLICA...

O prédio do Centro de Turismo abrigou a primeira Cadeia Pública de Fortaleza. Era 1866 e o engenheiro Manoel Caetano de Gouveia respondeu pela construção. Foi uma das primeiras edificações do Brasil a seguir as exigências da Legislação Penitenciária Imperial.

O prédio começou a funcionar com 143 presos. Tinha desde o conhecido ladrão de galinha ao traficante, contrabandista e pistoleiro. O espaço disponibilizava para os encarcerados uma capela e um salão de visita. Conforme documentos da administração do Centro, o local inteiro foi construído com a técnica tradicional de tijolo e barro.



Segundo o professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, Marcius Tulus Soares, o prédio da antiga cadeia pública faz parte de "um conjunto de edificações históricas construídas no processo de urbanização de Fortaleza entre os anos de 1840 a 1870, seguindo uma tendência arquitetônica de inspiração neoclássica, assim como outras edificações como a Santa Casa da Misericórdia e a estação ferroviária João Felipe."

Para Marcius Tulus, a preservação do espaço se dá "não só pelo valor como atrativo turístico, mas com espaços de memória, de relações sociais que ocorreram, sendo, assim, um testemunho dessas relações e antagonismos sociais existentes". Ele destaca ainda que preservar a antiga Emcetur é como preservar "a história e a memória de Fortaleza."



DEPOIMENTO



NOME: Karine Wanessa

PROFISSÃO: Jornalista

Pelo menos uma vez por mês vou para o mesmo quiosque do Centro de Turismo comprar aquela que considero a melhor castanha de caju do mundo. E de vez em quando também me perco no emaranhado de cores e tecidos ao meu redor, em opções que parecem não ter fim. Gosto de paparicar minha cozinha com toalhas de mesa, panos de prato, porta-trecos e o que mais eu descubro por lá. Considero o Centro o lugar ideal para quem procura artesanato de qualidade, com preços justos, dentro de um ambiente tranquilo em que as pessoas te recebem com um sorriso no rosto. Difícil sair de mãos vazias.

CURIOSIDADE

Com o crescimento de Fortaleza, a área onde funcionava a cadeia pública tornou-se central. O edifício superlotou em dezembro de 1967 e acabou sendo desativado. Os presos foram transferidos para o presídio Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), hoje também fechado.

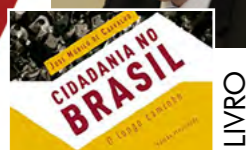
Quando a cadeia pública foi desativada, o governo ficou pensando o que faria com o prédio. Uns deram a ideia de transformá-lo em hospital; outros pensaram em demolir o local.

No governo de César Cals Filho, em 1971, a cadeia virou a Empresa Cearense de Turismo (Emcetur) - que, com os anos, foi extinta e se tornou o Centro de Turismo do Ceará.

SERVIÇO

Centro de Turismo do Ceará
Onde: rua Senador Pompeu, nº 350,
no bairro Centro, em Fortaleza
Funciona: de segunda-feira a
domingo; a entrada é franca
Telefone: (85) 3101.5507

SUGESTÃO CULTURAL



LIVRO

Nilsiton Aragão
Consultor Jurídico do TJCE

A obra fala da jornada da democracia brasileira. Começa no Brasil independente, passa pela República e chega aos movimentos que hoje dominam as ruas. O livro mostra o que foi construído do país em quase dois séculos. Para Nilsiton, "o livro faz um desenvolvimento histórico político muito interessante para o momento em que vivemos na política brasileira."



FILME

Angelo Rocha
Funcionário da Divisão de Desenvolvimento de Sistemas do TJCE

O filme conta a história do cantor Johnny Cash, desde a juventude pobre em uma fazenda de algodão até o início do sucesso em Memphis, onde gravou com Elvis Presley, Jerry Lee Lewis e Carl Perkins. Mostra a personalidade marginal e a infância tumultuada. "O filme é uma lição de vida. Fala que mesmo diante de todo o estrelato o personagem não encontra a felicidade e chega ao fundo do poço, até conhecer o amor de sua vida, que o salva."



EVENTO

Marissol Morgado
Analista Judiciária da 1ª Vara criminal de Juazeiro do Norte

As romarias acontecem em três datas: Dia de Nossa Senhora das Candeias, Dia de Nossa Senhora das Dores e Dia de Finados. Por ano, elas reúnem cerca de 2,5 milhões de fiéis. "Todo esse movimento é motivado em honra a Padre Cícero. Um dos locais mais visitados é a Colina do Horto, onde fica o Museu. Lá é possível encontrar fotos e objetos deixados pelos romeiros que alcançaram graças! Além disso, tem uma bela vista do Cariri."



DOCUMENTÁRIO

Ulysses Sousa
Analista Judiciário da Assessoria de Comunicação

O documentário em tom provocativo foi escrito, dirigido e narrado por Michael Moore. Ele questiona a cultura bélica dos Estados Unidos. Para isso, usa como base a tragédia de uma escola de Columbine, onde dois adolescentes pegaram as armas dos pais e mataram 15 pessoas. Ganhou vários prêmios, inclusive o Oscar em 2003. Ulysses destaca que "o documentário promove questionamento sobre a suposta segurança que as armas podem trazer."



VOCE SABIA?

PROCESSO ELETRÔNICO

O Processo Judicial eletrônico (PJe) é um sistema desenvolvido pelo CNJ em parceria com os tribunais e a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para a automação do Judiciário. Com isso, visa-se manter um sistema de processo judicial eletrônico capaz de permitir a prática de atos processuais, assim como o acompanhamento desse processo, independentemente de ele tramitar na Justiça Federal, na Justiça dos Estados, na Justiça Militar dos Estados ou na Justiça do Trabalho. A utilização do sistema exige a certificação digital de advogados, magistrados, servidores ou partes que precisarem atuar nos novos processos.

PROJETO CERTIDÃO ON-LINE

Com o objetivo de dar maior celeridade à prestação jurisdicional, o Tribunal de Justiça do Ceará disponibiliza um formulário para requerimento de certidão cível e criminal de 2º Grau. O formulário está disponível no site www.tjce.jus.br. Para tirar a certidão, você preenche o requerimento e aguarda por e-mail a resposta de que a certidão está pronta para ser retirada. Dessa forma, o solicitante só precisará se deslocar até a sede do TJCE para recebê-la. Antes, era preciso ir duas vezes ao Palácio da Justiça: uma para solicitar e outra para receber a certidão. O requerimento pode ser encontrado na aba "Cidadão", no índice "Certidão Negativa" do site. Basta selecionar a opção "Requerimento para Certidão Cível e Criminal de 2º Grau."

OUIDORIA TJCE

A Ouvidoria do TJCE é um canal de comunicação direta entre você e o Tribunal de Justiça do Ceará. O órgão tem como objetivo orientar, oferecer informações e colaborar no aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Judiciário. A Ouvidoria é um espaço de participação social e de construção da democracia, e permite a cooperação ativa dos cidadãos no controle da qualidade dos serviços públicos. Os relatos recebidos são analisados individualmente e respondidos conforme o caso. Os contatos são: 3207.7428 e o e-mail ouvidoriageral@tjce.jus.br.

PRECATÓRIOS

Precatórios são requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário para cobrar de municípios, estados ou da União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva. O precatório é expedido pelo presidente do Tribunal onde o processo tramitou, após solicitação do juiz responsável pela condenação. Os precatórios podem ter natureza alimentar (decisões sobre salários, pensões, aposentadorias, indenizações por morte ou invalidez, benefícios previdenciários, créditos trabalhistas, entre outros) ou natureza comum (decisões sobre desapropriações, tributos, indenizações por dano moral etc.).

INFORMATIVO DE JURISPRUDÊNCIA DO CNJ

O Informativo de Jurisprudência é uma publicação de periodicidade mensal que traz as principais decisões do Conselho Nacional de Justiça. A publicação oferece a magistrados, servidores e demais profissionais do Direito informações sobre casos julgados de alta relevância para o Judiciário, a comunidade jurídica e a sociedade. Instituído pela Comissão de Jurisprudência, o informativo veio para ampliar a discussão de teses produzidas pelo Conselho, bem como o conhecimento a respeito do que o CNJ já realizou desde sua instalação, em 2005.

STJ

Criado pela Constituição Federal de 1988, é responsável por uniformizar a interpretação da lei federal no Brasil. É da responsabilidade do Superior Tribunal de Justiça a solução definitiva dos casos cíveis e criminais que não envolvam matéria constitucional nem a justiça especializada. O Poder Judiciário é o ramo do Estado responsável pela solução de conflitos da sociedade e garantia de direitos dos cidadãos. O STJ é ainda competente para julgar crimes comuns praticados por governadores, desembargadores estaduais, federais, eleitorais e trabalhistas, conselheiros de tribunais de contas e procuradores da República, entre outros.

A ARTE DE LIDAR COM PESSOAS

Há seis anos no Judiciário cearense, Jacqueline Lima Alves se propôs a unir capacitação e humanismo na gestão de um departamento que lida com o bem mais valioso de qualquer instituição: os seus colaboradores

A declaração da diretora do Departamento de Gestão de Pessoas e Saúde Organizacional do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), Jacqueline Lima Alves, resume bem o compromisso dela com o trabalho e com a equipe que coordena.

Para Jacqueline, transmitir conhecimento é o que dá poder a um gestor, além de contribuir para um clima positivo no ambiente de trabalho. "O modo de gerir é meu. Mas na unidade em que eu trabalho, a minha equipe sabe tudo o que acontece. O feedback é positivo", orgulha-se.

Mestre em Economia de Empresas pela Universidade Federal do Ceará (UFC) antes de assumir o serviço público, Jacqueline passou 15 anos trabalhando com gestão de pessoas e negócios previdenciários e financeiros. A servidora ingressou no Judiciário cearense em 2010. Desde então, ao longo desses seis anos, já atuou no setor de Terceirização e assumiu a chefia do Serviço de Treinamento do TJCE.

À época, implantou algumas metodologias de trabalho, como conferências e palestras voltadas à capacitação de servidores. "O gestor não deve ser só operacional. Ele precisa estar inserido na busca de parcerias e oferecer o melhor para o servidor", afirma.

Atualmente, Jacqueline coordena o Programa de Formação de Gestores, iniciativa que idealizou há cinco anos. "O nosso objetivo é desenvolver pessoas na gestão e aprimorar o serviço público, ampliando a atuação com foco na melhoria da qualidade dos serviços e assegurando uma prestação jurisdicional célere e efetiva do Judiciário", declara.

O Programa de Formação de Gestores foi aprovado em outubro de 2015 pela presidente do TJCE, desembargadora Iracema Vale. A iniciativa é voltada para servidores ocupantes de cargos comissionados que exerçam funções gerenciais no âmbito do TJCE e aqueles com potencial de desenvolvimento de competências gerenciais.

Em Fortaleza, os cursos estão sendo realizados na Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec). Também ocorrerão seis turmas nas cidades de Juazeiro do Norte, Sobral, Limoeiro do Norte e Crateús. Todos os facilitadores são servidores do TJCE. Até o momento, 140 pessoas foram capacitadas. (Emanuelly Néri)

"NA VIDA, A GENTE TEM QUE DAR O MELHOR DE NÓS. LIDAR COM PESSOAS É UMA ARTE, UMA TROCA. É UMA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO".



Fortaleça o nosso canal de comunicação

Acesse, siga, curta e compartilhe



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA